CADERNO

Setembro de 2025

O JOVEM NA METRÓPOLE: o contexto na RMGV

Fotografia: Gelso de Souza Vieira



INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES IJSN

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria de Economia e Planejamento

Governo do Estado do Espírito Santo
Secretaria de Economia e Planejamento - SEP
Instituto Jones dos Santos Neves - IJSN

Instituto Jones dos Santos Neves

O jovem na metrópole: O contexto na RMGV.

Vitória, ES, 2025. 82p.; il. tab. (Caderno)

1. Juventude. 2. Vida Urbana. 3. Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). 4. Espírito Santo - Estado.

I. Barbosa, Isabella Batalha Muniz. II. Miranda, Cynthia Lopes Pessoa de. III. Nossa, Damiany Farina. IV.Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espírito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA
Ricardo Ferraço

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN
Diretor Presidente
Pablo Silva Lira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Pablo Medeiros Jabor

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Antônio Ricardo F. da Rocha

Diretoria de Gestão Administrativa
Katia Cesconeto de Paula

Coordenação Estudos Territoriais
Mariana Paim Rodrigues

Elaboração
Isabella Batalha Muniz Barbosa
Cynthia Lopes Pessoa de Miranda
Damiany Farina Nossa

Bibliotecário
Thayná Nascimento

Capa
Isabella Batalha Muniz Barbosa

Sumário

1. INTRODUÇÃO 5

2. MARCOS LEGAIS E PROTEÇÃO SOCIAL 7

3. O JOVEM E A METRÓPOLE: ABORDAGEM CONCEITUAL 12

4. O PERFIL DO JOVEM METROPOLITANO 20

4.1. Perfil Sociodemográfico 20

5. CONDIÇÕES DE VIDA URBANA NA RMGV 27

5.1. Domicílios 30

5.2 Saneamento 41

5.3. Saúde: Morbidade e Mortalidade 51

6. JOVEM, ESPAÇO PÚBLICO E CULTURA 55

7. JUVENTUDE DEMANDA MOBILIDADE CÉLERE E DE QUALIDADE. 62

8. A JUVENTUDE DIGITAL: NOVOS COMPORTAMENTOS E PARADIGMAS 69

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS 75

REFERÊNCIAS 78

1. INTRODUÇÃO

As grandes cidades sofrem com o fenômeno da urbanização acelerada, com crescente adensamento populacional, e a expansão dos seus territórios de forma desordenada, que impactam cotidianamente a vida dos seus cidadãos em diversas dimensões. Considerando a temática e o recorte da juventude, a história mostra que, em função da dinamicidade da evolução material e tecnológica, para cada época, o jovem constrói uma centralidade própria e valores específicos. Nesse contexto, observa-se cada vez mais, que a população jovem muda a sua forma de inserção nas metrópoles e de utilização dos seus espaços. Portanto, a juventude deve ser constantemente contextualizada no espaço e no tempo, em função da própria dinâmica inerente à vida urbana em constante renovação. Os jovens fazem parte de um segmento importante para a sociedade, pois serão os adultos na construção do desenvolvimento no futuro próximo, e, portanto, constituem uma categoria de relevância social e política. O presente Caderno da Juventude tem por objetivo fazer uma reflexão sobre o jovem (15 a 29 anos) com foco no território da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), como se caracteriza seu perfil socioespacial, e como estabelece relações no território metropolitano.

Nessa perspectiva, torna-se imperativo a compreensão dos processos que impactam o cotidiano dos jovens na metrópole contemporânea, considerando que são indivíduos em formação, e que estão cada vez mais expostos a fatores de risco, podendo tornar-se emocionalmente e fisicamente mais vulneráveis. A democratização da internet e dos smartphones, e o surgimento de diversas outras tecnologias, como por exemplo, a Inteligência Artificial (IA), ao mesmo tempo em que criam novas oportunidades, trazem também conflitos, e desse modo, mudam a maneira como os jovens se comportam e se inserem no espaço metropolitano. Além desse fenômeno da globalização e da tecnologia digital, há outros fatores de risco associados, que convergem diretamente para o aumento dos impactos nas metrópoles, tais como: a crise climática, a crise sanitária, a desigualdade social, e a violência crescente, dentre outros riscos. Estes fatores demandam com urgência pensar em políticas públicas voltadas para a

juventude, e que possam articular uma certa noção de futuro mais sustentável para as futuras gerações.

Assim, faz-se necessário revisitar alguns conceitos, identificar o perfil socioespacial do jovem e condições de vida através de indicadores oficiais, além de abordar temas contemporâneos no contexto dinâmico das cidades em rede da RMGV, tais como, espaço público, manifestações culturais, mobilidade, saúde, dentre outros, de modo a favorecer a compreensão de como o jovem vivencia e dialoga com a metrópole da RMGV.

O caderno está dividido em capítulos por temáticas, e a partir da **introdução** (1), segue com o **capítulo 2,** onde são apresentados as legislações pertinentes aos jovens, que asseguram seus direitos e proteção social; o **capítulo 3** traz uma abordagem conceitual da juventude, a caracterização da metrópole contemporânea da RMGV e respectiva inserção do jovem, assim como os desafios postos pela metrópole; o **capítulo 4** discorre sobre o perfil do jovem no Espírito Santo, com foco na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV); o **capítulo 5** apresenta as condições de vida urbana na RMGV, abordando indicadores relativos aos domicílios, saneamento e acesso à internet. Ambos os capítulos, 5 e 6, referem-se aos dados extraídos de fontes oficiais de Governo, tais como, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/Censo 2022); o Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DATASUS); Secretaria de Segurança Pública (SESP), que geram confiabilidade dos dados e na definição do contexto do jovem nas três escalas territoriais Brasil, Espírito Santo e com foco na RMGV. O **capítulo 6** apresenta a relação do jovem com o espaço público e a cultura; o **capítulo 7** discorre sobre a juventude e a demanda por uma mobilidade mais célere e de qualidade, apontando a complexidade do tema nas metrópoles; o **capítulo 8** contextualiza o jovem e sua vinculação às redes digitais e tecnológicas, e respectivos impactos na saúde mental. Por fim, o **capítulo 9** sintetiza com as considerações finais, avaliando os resultados obtidos deste caderno, que constituem informações e subsídios relevantes, tanto para o aprofundamento e desdobramento de pesquisas futuras, quanto para fundamentação, implementação e aperfeiçoamento de políticas públicas para a juventude.

2. MARCOS LEGAIS E PROTEÇÃO SOCIAL

A juventude com suas diferentes trajetórias e diversidades vem exigindo mais direitos e oportunidades, que possam facilitar e conjugar inúmeros processos e elementos do cotidiano, como educação, trabalho, família, sociabilidade etc. Progressivamente, a juventude atualiza suas demandas e elabora novas formas de construção de políticas públicas, por meio de concepções coletivas nos diversos territórios de atuação, com respaldo crescente nas legislações em vigor, e com maior proeminência na participação social institucionalizada.

Revisitando a evolução da legislação de proteção integral às pessoas em desenvolvimento, ou seja, à criança, ao adolescente e ao jovem, houve o chamamento do poder público e da sociedade civil para garantia dos seus direitos a partir dos anos 1990, com a ampliação do debate e proposição de políticas públicas para estes grupos etários. A criação dessas leis específicas, se deu muito em função da necessidade de mudanças, posto que, de 1927 a 1979, vigorou no Brasil o Código de Menores, quando as crianças, adolescentes e jovens, especialmente os mais pobres, eram tidos como um constante perigo à sociedade, vistos de forma pejorativa, e caracterizados, como por exemplo, abandonado, carente, infrator, ocioso, perambulante, conforme argumenta Arantes (1999):

> As crianças e jovens até então eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento. Na prática isto significava que o Estado podia, através do Juiz de Menor, destituir pais do pátrio poder através da decretação de sentença de "situação irregular". (ARANTES, 1999 apud FERNANDES, p.87).

Portanto, no momento de efervescência dos movimentos sociais, dos avanços e lutas, ampliou-se o debate, e primeiramente foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, que se destinava a produzir uma nova sociabilidade baseada na solidariedade e na criação de espaços de participação mais ampla. Nos anos 2000, o governo federal empenhou-se em ampliar o escopo de ferramentas de proteção ao jovem, com a criação do Plano Nacional da Juventude (2004), o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) e a Secretaria Nacional de Juventudes (SNJ), ambos em 2005.

Neste contexto de evolução da legislação de proteção à juventude, em 2013, foi instituída a lei federal Estatuto da Juventude de n° 12.852 de 05/08/2013, que considera "jovens", as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. À época também foi criado o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), que visa fortalecer a implementação e coordenação das políticas públicas voltadas para a juventude no Brasil, além de buscar uma articulação mais eficaz entre os diversos níveis de governo, as entidades da sociedade civil e as organizações de jovens. O Estatuto da Juventude, em seus artigos 42 e 43, também estabelece formas de participação mais efetivas dos jovens por meio de Conselhos e Conferências, nas três escalas territoriais (União, unidades federativas e municípios, com intervalo máximo de 4 (quatro) anos.

Desse modo, as referidas legislações estabelecem os princípios e diretrizes das políticas públicas destinadas a este grupo etário em desenvolvimento. Entretanto, vale dizer que, aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, e excepcionalmente, quando não conflitar com as normas de proteção integral do adolescente. A princípio, e em tese, ambas as leis federais não só reconhecem crianças, adolescentes e jovens como sujeitos de direitos, mas também tem por objetivo fortalecer a promoção da autonomia, da criatividade, da participação política e social, respeito à identidade e diversidade individual e coletiva, ou seja, todos os direitos inerentes à pessoa humana.

Na perspectiva de ampliar a participação e debate dos jovens em diversos temas, o Estatuto da Juventude em seu Art.45, estabelece a criação dos Conselhos de Juventude, com a finalidade de articular políticas públicas e a garantia do exercício dos direitos do jovem. De forma coletiva, fica mais fácil pleitear políticas públicas voltadas para o jovem em todas as instâncias do cotidiano, quando há efetiva participação social motivada pelas causas e direitos que demandam, conforme seja a dinâmica de forças que possam corroborar para uma real transformação positiva em favor dos jovens. Desse modo, a legislação federal evoluiu também em favor da juventude mais diretamente impactada pela desigualdade social e racismo estrutural, quando em 2023, foi consolidado o Plano da Juventude Negra Viva (PJNV), instituída por Decreto nº 11.444/2023 (IJSN, 2024, p.5).

Figura 1 - Legislações Federais (Brasil) que estabelecem políticas para as Juventudes



Fonte: IJSN/ 2024. Elaboração Coordenação Estudos Sociais.

Em ação conjunta da SNJ e o CONJUVE, realizaram-se quatro Conferências Nacionais da Juventude, desde o estabelecimento em lei: a primeira em 2008, a segunda em 2011, e a terceira em 2015, e por último, a 4º Conferência em 2023. Entre 2019 e 2023, registrou-se redução orçamentária significativa (até 96%) nas políticas voltadas à juventude, o que impactou a manutenção de espaços institucionais de governança[1] Mas em dezembro de 2023, a Secretaria Nacional da Juventude passa a integrar a Secretaria Geral da Presidência da República, com o intuito de retomar o diálogo e a articulação com os gestores estaduais e municipais da juventude. Nessa perspectiva, em dezembro de 2023, foi realizada a 4º Conferência Nacional da Juventude (CNJ), no contexto dos dez anos de existência do Estatuto da Juventude. Segundo relatório das propostas da 4º CNJ, as pautas foram ampliadas e tiveram a voz da juventude representada no debate com temas diversos e inovadores: jovens negros e indígenas denunciando racismo estrutural; jovens mulheres debatendo sobre patriarcalismo, misoginia e assédio, jovens LGBTQIAPN+; jovens com deficiência; jovens debatendo violência, enfim, estes e tantos outros clamando por reconhecimento de identidades e valorização em projetos e políticas públicas.

Vale ressaltar a existência também dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs), que têm por base legal o Estatuto da Juventude. Os CRJs foram criados com intuito de

[1] Fonte: Caderno de Propostas da 4º Conferência Nacional da Juventude. 2023. p.14

oferecer espaços de acolhimento e desenvolvimento, onde a juventude possa encontrar suporte para construir sua autonomia, desenvolver talentos e se engajar ativamente na sociedade. No estado do Espirito Santo, os CRJs estão sob gestão da Secretaria de Estado de Direitos Humanos (SEDH), e em pleno funcionamento, com 14 (catorze) CRJs, sendo 4 CRJs no interior - Cachoeiro do Itapemirim, Aracruz, São Mateus e Linhares – e 10 CRJs localizados na Região Metropolitana da Grande (RMGV). Na RMGV, os CRJs estão inseridos no contexto do Programa Estado Presente em Defesa da Vida, em áreas de maior vulnerabilidade social, conforme seja:

Quadro 1 - Centros de Referência das Juventudes na RMGV

Município da RMGV	Centro Referência das Juventudes (CRJs)	Endereços CRJs
Vitória	**CRJ Território do Bem (Itararé)**	**Rua Daniel Abreu Machado, 401. Itararé**
	CRJ São Pedro	Rodovia Serafim Derenzi, 5.565. Redenção.
	CRJ Ilha de Santa Maria	**Av. Vitória, 1320, Ilha de Santa Maria.**
Cariacica	CRJ Castello Branco	Rua Che Guevara, nº 191, Castelo Branco.
	CRJ Flexal	**Av. Nossa Senhora da Penha, 692, Flexal II.**
Guarapari	CRJ Kubitschek	Rua Ataulfo Alves, nº 9. Kubitschek.
Serra	**CRJ Feu Rosa**	**Rua dos Cravos, nº 103A. Feu Rosa**
	CRJ Novo Horizonte	Rua Gaivota, s/n, Novo Horizonte.
Vila Velha	**CRJ Terra Vermelha**	**Rua Barra de São Francisco, 160, Terra Vermelha.**
	CRJ São Torquato	Rua César Alcure, 166. São Torquato.

Fonte: https://juventudes.es.gov.br/conheca-crj.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais CET /IJSN. 2025.

Em 2023, o IJSN realizou a pesquisa do Sistema de Monitoramento e Avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (SIMAPP), em relação aos dois primeiros CRJs implantados: na Serra (Feu Rosa), e em Vila Velha (Terra Vermelha), com objetivo de acompanhar a implementação e resultados. [2] O perfil dos jovens participantes, em sua maioria, eram de negros e com renda familiar até 1 salário mínimo. Vale lembrar que o público prioritário no atendimento dos CRJs são os jovens com idade entre 15 a 24 anos. A partir de dados coletados e das entrevistas, a avaliação dos jovens participantes

[2] Monitoramento e avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs). Sumário Executivo. Sandra Mara Pereira [et al.] –Vitória, ES, 2023. 42 p.

considerou na fase 1, os CRJS como na categoria o “ótimo ou bom”, na fase 2, 92% enquadrou na mesma categoria (IJSN, 2023, p.37).

> De acordo com as respostas dissertativas dos (as) jovens sobre o que havia mudado nas suas vidas após o ingresso no CRJ, os dados sugerem que a implementação desta política pública impactou positivamente na vida dos jovens e parece ser considerada um divisor de águas. (IJSN, 2023, p.39)

Apesar das legislações existentes de proteção integral ao jovem e ao adolescente, alguns estudiosos do tema, como Scheinvar (2009) e Fernandes (2015), argumentam que a tradição histórica da organização social do Brasil, de alguma forma, se faz presente nas legislações, porém, muitas vezes cumprem o papel de proteger os setores economicamente mais dominantes, ou seja, proteger-se daqueles considerados subjetivamente e potencialmente “perigosos”. Os referidos autores argumentam sobre a ambivalência das leis, posto que, ao mesmo tempo em que elas têm por finalidade o cuidado e a proteção, por outro lado, representam em sua aplicação processos de controle, cujas práticas cotidianas e operacionais mostram, por vezes, o caráter discriminatório sempre remetido aos jovens mais pobres e negros. A socióloga Scheinvar[3] (2009, apud Fernandes 2015, p.139) afirma que “estas legislações *contém os princípios mais caros ao pensamento liberal e, com eles, os candentes embates presentes na história das relações burguesas.*” Portanto, há que se ter sempre um olhar crítico também na forma de implementação e resultados da aplicação das referidas leis. Vale ressaltar que, o êxito das legislações federais depende também da implementação de políticas "transversais" e "verticais", ou seja, aquelas que envolvem e articulam ações estratégicas e programas de diferentes áreas da administração pública (saúde, previdência social, transporte, habitação etc.) e nas três esferas de Governo (federal, estadual e municipal).

[3] SCHEINVAR, E. (2009). O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, p.15.

3. O JOVEM E A METRÓPOLE: ABORDAGEM CONCEITUAL

Os temas relacionados à juventude e tratados neste referido caderno estão intrinsecamente associados ao território metropolitano, como espaço de articulação e de estratégias de desenvolvimento, e como objeto de ações para subsidiar políticas públicas para a juventude. A metrópole contemporânea vem sendo impactada pelo adensamento, os riscos climáticos, transição demográfica, comunicação e produção em redes.[4] Nessa perspectiva de muitas mudanças, e de forma transversal, a metrópole ganha nova conotação e movimento, sugerindo novas reflexões, e a juventude é um estrato importante para se pensar o futuro da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV).



Fotografia: Isabella Muniz

Diante de um território metropolitano subdividido em múltiplos microterritórios onde os jovens habitam e transitam, vale refletir se eles reconhecem, de forma subjetiva e diferenciada, suas identidades coletivas e pertencimentos. A partir desta provocação,

[4] A tendência de inversão da pirâmide etária no Brasil é um fenômeno preocupante, e o Espírito Santo acompanha o envelhecimento com aumento de 70% do número de idosos entre as décadas 2010 e 2022 (IBGE/Censo 2022), com percentual de idosos na RMGV. Mas ainda assim, o percentual de jovens na RMGV é maior, com 21,33% (Censo 2022).

há distintos modos de inserção, de oportunidades, e de vivência da juventude na metrópole contemporânea da RMGV? Para o geógrafo Milton Santos, o conceito de território apresenta-se como relevante para qualquer análise social, e indissociável dos atores sociais que dele se utilizam.

> Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence [...] esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência do Estado. (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p.19).

Quanto à construção de identidades, autores de ensaios sobre o tema, como Erikson (1976), argumenta que, os jovens passam por mudanças no contexto biológico, social e individual, as quais são determinantes na construção da identidade de cada jovem. Para Erikson, a formação da identidade não começa nem termina com a adolescência, e sim, é um processo que percorre toda a vida. Porém, nessa fase do desenvolvimento, a construção da identidade é fator central, assim como o ambiente em que vive, fatores que irão trabalhar na construção das respostas do indivíduo em diferentes fases de sua vida. Vale resgatar o ensaio da Ana Fani Carlos (1996), cuja argumentação sobre lugar reside na afirmação de que o lugar é a base da vida, representada pela tríade habitante-identidade-lugar, onde o indivíduo percebe o mundo através de seu corpo, de seus sentidos, a partir dos quais se apropria do espaço, conforme seja:

> O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos de seus moradores, é o bairro, é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *lato sensu* (CARLOS, Ana 1996, p.17)



Fotografia: Gelso

Portanto, há que se pensar a dimensão e subjetividade do jovem restrito apenas ao espaço macro, ou seja, o território metropolitano, mas também na relevância dos espaços micro, local, de bairro, do ambiente familiar, onde o jovem vivencia seu cotidiano e sua identidade. Nessa perspectiva, é necessário um olhar mais sensível para a articulação da juventude com a metrópole, ou seja, no contexto de uma territorialidade mais ampla, regional, mas também local, buscando entender suas especificidades e as singularidades construídos pelos jovens, na forma como lidarem e habitarem estes espaços urbanos, e assim, tecerem suas redes de sociabilidade.Vale ressaltar que, considerando a temática da juventude associada ao território metropolitano, há que se compreender minimamente o contexto da metrópole, que envolve complexas relações resultantes de processos cumulativos de inúmeras atividades e fluxos. Considerando as necessidades de deslocamentos contínuos na RMGV, muitas vezes, a divisão político-administrativa dos municípios que a integram, não mais corresponde às relações de interdependência estreita, sistemática e cotidiana de uma malha relativamente contínua da base geográfica. Ou seja, o espaço da metrópole é mais caracterizado por fluxos cotidianos do que pela continuidade da

paisagem da cidade, sejam fluxos globais-locais, no contexto das operações produtivas, infraestruturais, comerciais, informacionais, dentre outras, posto que a metrópole é mais extensa e fragmentada, pela própria dinâmica de ocupação e dispersão urbana, com deslocamentos e ampliação das funções e atividades urbanas para territórios mais periféricos. Além da questão da concentração demográfica, as metrópoles detêm a produção, a alta tecnologia e a comunicação informacional em redes globais, cujos processos são marcados por profundas desigualdades, conforme sejam os estratos de renda.

Contextualizando a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), esta tem importância macro regional no estado do Espírito Santo, com a maior concentração de população[5], ou seja, com 49% relativo ao total do estado do Espírito Santo (Censo 2022), e com percentual de participação no PIB estadual de 56,85% (IJSN/2021). A RMGV possui atividades diversificadas, sejam portuárias, industriais e terciárias superiores, com uma estrutura urbana ligada a diferentes funções, e cujo território abrange sete municípios - Vitória, Vila Velha, Cariacica, Serra, Viana, Guarapari e Fundão - constituindo institucionalmente a Região Metropolitana da Grande Vitória, estabelecida por legislação estadual[6]. A proximidade física entre os municípios e característica geográfica coloca Vitória como "epicentro" da região, fazendo com que os limites municipais sejam cotidianamente transpostos por seus habitantes. Essa proximidade faz com que diversas temáticas urbanas associadas ao espaço, como por exemplo, a logística de transportes e mobilidade, os parques e espaços públicos, o controle ambiental das águas e do ar, os serviços de saúde e também o fomento às atividades turísticas, devam ter suas soluções atreladas de modo irrefutável a um planejamento em escala metropolitana. Nesta perspectiva, vale ressaltar a existência do Plano Diretor Urbano Integrado da RMGV (Lei

[5] O Censo Demográfico 2022, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou no Espírito Santo uma população de 3.833.486 habitantes, sendo que a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) apresentou uma taxa de crescimento de 11,44%, relativo à década 2010-2022.

[6] No Espírito Santo, a trajetória de institucionalizar a Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV foi instituída pela Lei Complementar n° 58, de 21.02.1995 e alterada pelas Leis Complementares n° 159, de 08.7.1999 e nº 204, de 22.6.2001, e passa a ser constituída por 7 municípios: Vitória, Cariacica, Serra, Vila Velha, Viana, Guarapari e Fundão. Em 2005, o Estado reestruturou o sistema gestor da RMGV, composto por um Conselho Metropolitano (Comdevit) e o Fundo Metropolitano (Fumdevit), cujo objetivo é construir diagnósticos temáticos e identificar projetos prioritários de interesse metropolitano, por meio da Lei Complementar nº 318, de 17 de janeiro de 2005.

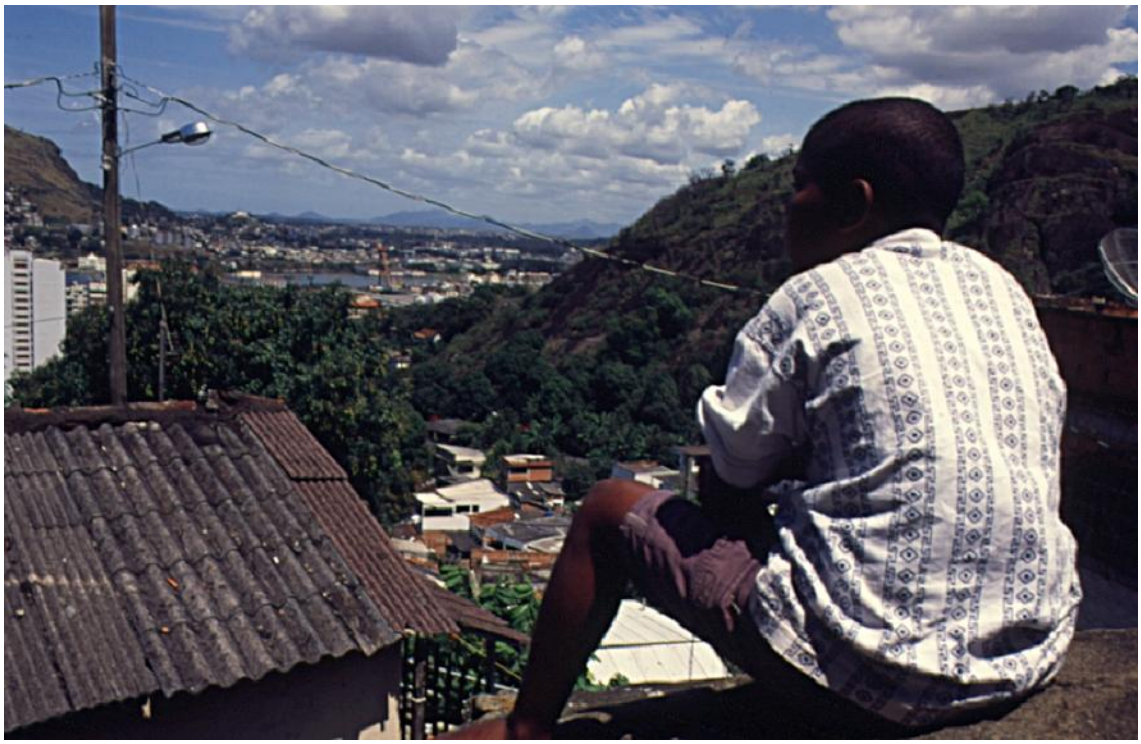
estadual nº 872/2017), em conformidade com a lei federal do Estatuto da Metrópole (nº13.089/2015), que tem por finalidade apoiar o desenvolvimento integrado da RMGV, compatibilizando ações e as funções públicas de interesse comum. Porém, o caráter político e competitivo entre os municípios metropolitanos pode acirrar posições conflitantes, e dificultar estratégias de gestão e o pensar metropolitano, ou seja, pensar as funções públicas de interesse comum de forma integrada.

Quanto à espacialização do território da RMGV, podemos dizer que apresenta uma hierarquia socioespacial do tipo clássico: o núcleo central é formado pelas zonas litorâneas da capital que concentram as camadas superiores da estrutura social, em razão da presença, nessas zonas de equipamentos e de serviços urbanos em quantidade e em qualidade, o que conduz a uma qualidade de vida mais elevada. Por outro lado, ocorre o adensamento do número de favelas e comunidades de baixa renda em territórios dispersos ou afastados do núcleo central, em áreas mais alagadiças e em morros, as ditas periferias urbanas. Nos últimos anos, observa-se também uma nítida mudança no direcionamento dos investimentos imobiliários para o município da Serra e Cariacica, com a atualização dos seus Planos Diretores, que agora permitem maior densidade de ocupação com aumento de gabarito ao longo das principais avenidas e rodovias.

A RMGV, portanto, se apresenta como resultado da diversidade de uso e ocupação do solo, por vezes, sobrepostos a um mesmo território, noutras interligados ou isolados. Estas tendências e problemas consolidam um mosaico urbano compostos de fragmentos, de caráter espacial, socioeconômico e ambiental fortalecidos pelas características especiais do sítio urbano, cheio de clivagem naturais e artificiais, reforçando a marca física de duas cidades diferentes e separadas por classe, renda e cultura (Barbosa, 2005). Portanto, as distintas espacialidades territoriais surgem no processo de produção do espaço urbano, sendo dadas pelos valores de uso, que lhe são atribuídas pelas infraestruturas físicas, as quais fazem com que se materialize a estrutura do espaço. Assim sendo, conforme argumenta Lefebvre (2000), o espaço não

pode ser relativizado apenas sob o crivo cultural e temporal, e sim, compreendido numa dimensão maior, da globalidade, como um produto, produto da práxis. 7

Para Sassen[8], os novos setores de crescimento, as novas capacidades organizacionais das empresas e as novas tecnologias – os três inter-relacionados – estão contribuindo para "*produzir não* apenas *uma nova geografia para a centralidade*, *mas também uma nova geografia da marginalidade*", que evidenciam a necessidade de políticas e ações governamentais para reduzir as novas formas de desigualdade espacial e social. Essas desigualdades territoriais e de acesso aos serviços impactam mais diretamente os jovens de baixa renda e das periferias.



Fotografia: Isabella Muniz

7 Para Henri Lefebvre, um produto adquire um significado superior e pressupõe uma necessidade e uma técnica. A técnica é um produto historicamente construído e vai sendo transmitida, avaliada, aperfeiçoada e se consolida como uma estrutura. A técnica se consolida com a atividade, à medida que se experimenta. Portanto, o espaço social é senão um produto da atividade humana e do trabalho social, intermediada por uma técnica, construído historicamente. (Lefebvre, Henri. *Le Materialisme Dialetique*.Quadrige. Paris.1940).

8 SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo. Studio Nobel, 1998, p.12.

Neste contexto de territórios múltiplos e diversos entre si, temos os **jovens segregados socioespacialmente** na metrópole, e que apresentam certas características e peculiaridades diversas na forma de inserção e apropriação do espaço metropolitano. Ainda que o espaço metropolitano contemple a todos, há **restrições sociais** que emergem no processo de interação e fazem com que os diferentes grupos sociais não frequentem todo e qualquer espaço de um mesmo modo. Para os jovens, especialmente os mais pobres, a desestruturação familiar e física, a falta de renda, condições de vida e de moradias dignas, ou seja, a falta de perspectivas ou alternativas adequadas, muitas vezes, levam os jovens a evadirem da escola e procurarem trabalho, migrando para a informalidade e o tráfico de entorpecentes, o que os expõe à violência e às mortes precoces. Desse modo, são notórios na metrópole contemporânea que os jovens de baixa renda estão mais expostos aos conflitos e à violência, de forma cada vez mais explícita, seja pelo tráfico de drogas, xenofobia, segregação racial, gravidez precoce, ou seja, pela evidente desigualdade econômica, tecnológica e social na metrópole.

Para Santos, "*a competitividade tecnológica agrava* as *diferenças de força e as disparidades, enquanto o território, pela sua organização, constitui-se num instrumento do exercício dessas diferenças de poder*" (SANTOS, 2006, p.84 e 85). Além disso, Santos considera que a instalação de capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas em detrimento de outras ações solidárias ao contexto social, o que configura contextos de evidente desigualdade em todas as dimensões.

Essa não aceitação das diferenças nos espaços de convívio se expressa comumente pela eclosão da violência, e diversas outras formas de manifestação da juventude da periferia. Esta condição de vulnerabilidade e aumento da criminalidade entre os jovens exige atenção das políticas públicas e estratégias de proteção social específicas. A dificuldade de acesso e o direito ao território são constantemente objetos de debate das instituições governamentais, e estão presentes em documentos, como por exemplo, o da 2º Conferência Nacional da Juventude (2011) que explicita o combate à exclusão ao longo de todo eixo "Direito ao Território".

> De forma geral, há uma grande dificuldade, por parte da juventude, no acesso aos serviços urbanos. A centralização de equipamentos de

> cultura e lazer em determinadas regiões e o alto custo para sua fruição, por exemplo, acabam limitando as atividades dos jovens em seu tempo livre, sejam eles moradores de grandes ou pequenos centros urbanos (CONJUVE, 2011, p.10).

Os relatórios resultantes dos CONJUVES sempre ressaltam essa condição de exclusão de uma grande maioria de jovens ao direito à cidade, em todas as dimensões, o que "*prejudica os processos de integração social, e até mesmo de vivência de sua própria condição juvenil e de construção do espaço para todos*" (CONJUVE, 2011, p.11). Considerando que é no território que se executa a maior parte da política pública de atenção à juventude, ou às juventudes, o direito à cidade pressupõe ampliar-se para o direito ao território, e deve ser entendido como o direito à justiça urbana, em que coadunam os sentidos de uso e fruição da cidade e de suas facilidades intrínsecas, conforme argumenta Lefebvre (2001). Nessa perspectiva, a 4º Conferência da Juventude (2023), ao qual o Espírito Santo teve participação, sinalizou sobre os 10 anos do Estatuto da Juventude, e ressaltou a urgência de maior justiça social para os jovens, o que resultou em algumas moções e recomendações.

Vale ressaltar que, dentre os diversos temas potenciais da juventude abordados no contexto da RMGV, há uma diversidade de arranjos e práticas culturais, que cotidianamente, tecem especificidades na construção identitária e de sociabilidades do jovem metropolitano. Porém, estas manifestações e percepções dos sentidos do espaço metropolitano pelos jovens, devem ser verificados e analisados em contextos distintos, conforme seja a raça, o gênero, a renda, os circuitos de lazer, deslocamentos, que por sua vez, irão se traduzir em comportamentos diversos. Nessa perspectiva, quaisquer que sejam as ações e políticas públicas no âmbito da juventude, estas devem ser integradas entre os vários setores, e em função de prioridades previamente definidas, a partir de problemas de uma categoria etária em territorialidades específicas da Região Metropolitana da Grande Vitória. Desse modo, acredita-se que a partir da ocupação e manifestação efetiva em lugares de fala do poder instituído, ou seja, na ampliação dos canais oficiais e de comunicação – conferências, conselhos, centros de juventude - torna-se mais fácil alcançar mudanças e transformações das condições desiguais entre os jovens estabelecidas nas metrópoles.

4. O PERFIL DO JOVEM METROPOLITANO

4.1. Perfil Sociodemográfico

Segundo dados do Censo Demográfico (IBGE, 2022), os jovens (15 a 29 anos) representam **21,33% da população total da Região Metropolitana da Grande Vitória - RMGV**, sendo que no Brasil e no Espírito Santo esse percentual é bastante similar: 22,31% e 21,17%, respectivamente (Tabela 1). Os **jovens metropolitanos** (401.173) representam quase **metade da população jovem do Espírito Santo** (811.486): **49,4% dos jovens do ES estão concentrados na RMGV**, percentual similar ao que a população total da RMGV (49,06%) representa na população total do estado.

É importante destacar que as metrópoles são centros urbanos de hierarquia superior que exercem influência sobre os demais. Considerando a pesquisa REGIC[9] do IBGE, a noção de região de influência realiza-se por vínculos estabelecidos entre centros urbanos de hierarquia menor direcionando-se àqueles com hierarquia superior. Os dois componentes fundamentais para o estabelecimento da hierarquia e da região de influência das cidades são a atração exercida entre as cidades próximas e as ligações de longa distância realizadas pela atuação de instituições públicas e privadas presentes nos centros urbanos. Neste sentido, ressaltam-se as **questões educacionais e profissionais** como possíveis fatores que contribuem para a concentração de jovens na RMGV, sendo um **centro polarizador** de mão de obra, seja na indústria, comércio ou prestação de serviços, e de instituições de educação de nível superior.

Há os movimentos pendulares para trabalho e estudo[10] (que não se restringem aos intrametropolitanos), mas também o estabelecimento definitivo na RMGV como local de moradia e projeto de vida[11]. As metrópoles também exercem atração pela **infraestrutura e desenvolvimento urbano** oferecidos aos cidadãos, que buscam usufruir das potenciais vantagens presentes nestes grandes centros urbanos.

[9] Regiões de Influência das Cidades. A última pesquisa foi atualizada em 2018. A REGIC classifica as cidades em diferentes níveis de hierarquia, desde as metrópoles até os centros locais, mostrando a importância de cada cidade no contexto da rede urbana. Além disso, define as áreas de influência de cada centro urbano, considerando o fluxo de pessoas, mercadorias, informações e serviços entre as cidades.

[10] Os dados de deslocamentos para trabalho e estudo não foram contemplados no Censo 2022.

[11] Há uma ausência de dados de migração para melhor análise e também comparação com o movimento pendular.

Tabela 1 - População jovem no Brasil, ES e RMGV, 2022

	Brasil		ES		RMGV	
	Total	%	Total	%	Total	%
Jovens (15 a 29 anos)	45.312.128	22,31	811.486	21,17	401.173	21,33

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Há equilíbrio entre mulheres e homens na população jovem da RMGV, sendo pouco mais de mulheres (50,01%), o que difere do padrão do Brasil e do ES, onde também há um equilíbrio, mas ambos possuem mais homens que mulheres (Tabela 2).

Tabela 2 - População jovem no Brasil, ES e RMGV, segundo sexo, 2022

	Brasil		ES		RMGV	
	Total	%	Total	%	Total	%
Mulheres Jovens	22.599.849	49,88	404.491	49,85	200.610	50,01
Homens Jovens	22.712.279	50,12	406.995	50,15	200.563	49,99
Total	**45.312.128**	**100,00**	**811.486**	**100,00**	**401.173**	**100,00**

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Considerando cor ou raça, mais da metade da população jovem metropolitana se autodeclaram pardos (53,56%), seguido de brancos (31,72) e pretos (14,41%), conforme pode ser observado na Tabela 3. Pardos e pretos, juntos, representam 67,97% da população jovem da RMGV. Comparando com Brasil e ES, a RMGV apresenta percentual superior de pardos e pretos, e percentual inferior de brancos (Gráfico 1).

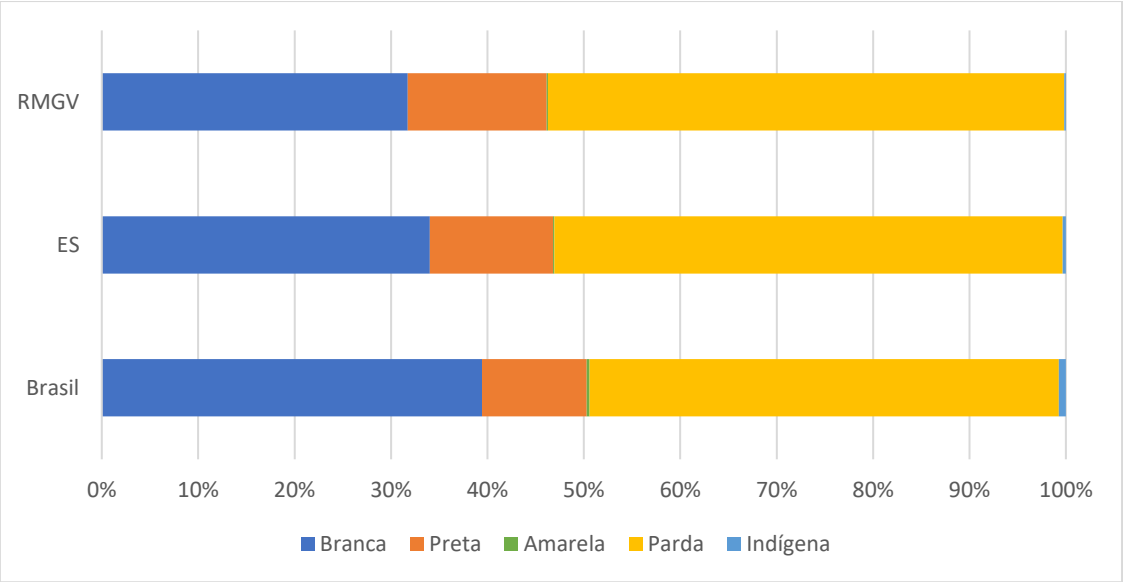
Em geral, os percentuais relativos à população total jovem de cor ou raça amarela, e de cor ou raça indígena, são poucos significativos no conjunto, sendo que no Brasil os percentuais referentes a estas categorias de cor ou raça são mais relevantes que no ES e na RMGV (Gráfico 1). Observa-se na Tabela 3 que, ao se comparar o ES e a RMGV, o percentual de indígenas no estado é maior que na RMGV, quase o dobro (0,32% e 0,17%, respectivamente), enquanto que o percentual de jovens da raça ou cor amarela é similar, sendo o da RMGV (0,13%) um pouco superior ao do estado (0,11%).

Tabela 3 - População jovem, segundo cor ou raça, Brasil, ES e RMGV, 2022

	Brasil		ES		RMGV	
	Total	%	Total	%	Total	%
Branca	17.870.130	39,44	276.134	34,03	127.265	31,72
Preta	4.911.153	10,84	103.799	12,79	57.799	14,41
Amarela	143.291	0,32	917	0,11	530	0,13
Parda	22.052.697	48,67	427.989	52,74	214.879	53,56
Indígena	331.619	0,73	2.637	0,32	695	0,17
Total	**45.312.128**	**100,00**	**811.486**	**100,00**	**401.173**	**100,00**

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 1 - População jovem, segundo raça ou cor, Brasil, ES e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Analisando os dados de alfabetização da população jovem (15 anos a 29 anos) pelo Censo 2022/IBGE, em geral as taxas de alfabetização são altas nos três níveis territoriais aqui considerados, atingindo quase 100%. Cabe destacar apenas a cor ou raça indígena, que apresenta resultados inferiores ao geral em alguns grupos etários, mas que são casos pontuais e com resultados acima de 90% aproximadamente.

Corroborando com os dados acima, a **taxa de analfabetismo** dos jovens em 2024 não é muito expressiva, segundo dados da PNADC Anual - Suplemento Educação - 2º

trimestre: no Brasil, ES e RMGV é de 0,7%, 0,5% e 0,5%, respectivamente (Tabela 4). Contudo, analisando por cor ou raça, verifica-se uma desigualdade. As maiores taxas no ES e na RMGV ocorrem na cor ou raça preta, com 0,9% e 1,3%, respectivamente. Somando os percentuais de jovens pretos e pardos, a **taxa de analfabetismo de jovens negros no ES e na RMGV é relevante**: 1,5% e 2,0%, respectivamente. No Brasil, a maior taxa ocorre na cor ou raça indígena, com 1,0%, mas considerando as taxas de pretos e pardos (jovens negros) somadas representam 1,4%. Importante observar que a taxa referente à cor ou raça preta na RMGV é superior ao Brasil e ao ES (Tabela 4).

Observa-se na Tabela 4 que a RMGV apresenta três categorias de cor ou raça cuja taxa de analfabetismo é de 0,0%: branca, amarela e indígena. No ES, isto ocorre na cor ou raça amarela e na indígena, enquanto que no Brasil não ocorre em nenhuma categoria de cor ou raça. No Brasil, a menor taxa ocorre na cor ou raça amarela (0,3%).

Tabela 4 - Taxa de Analfabetismo por cor ou raça, Brasil, ES e RMGV, 2024 (%)

Cor ou Raça	Brasil	ES	RMGV
Branca	0,5%	0,2%	0,0%
Preta	0,6%	0,9%	1,3%
Parda	0,8%	0,6%	0.7%
Amarela	0,3%	0.0%	0,0%
Indígena	1,0%	0,0%	0,0%
Total	**0,7%**	**0,5%**	**0,5%**

Fonte: PNADC Anual - Suplemento Educação - 2º trimestre (IBGE, 2024).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Quanto ao **acesso ao ensino superior**[12], utilizando a mesma base de dados acima (PNAD C, 2024), verifica-se que os percentuais do Brasil, ES e RMGV são, respectivamente, 23,6%, 24,2% e 30,2% (Tabela 5), o que mostra que **na RMGV o ensino superior é mais acessível aos jovens**. Cabe salientar que as regiões metropolitanas costumam ser polo de atração por seus serviços educacionais de nível superior.

Os **percentuais da RMGV também são superiores ao Brasil e ao ES em todas as categorias de cor ou raça**. No Brasil e no ES, o menor percentual de acesso ocorre entre os jovens indígenas, ambos com 14,8% (Tabela 5). Já na RMGV o menor percentual

[12] Quem está matriculado e quem concluiu.

ocorre na cor ou raça amarela (16,7%). No ES e na RMGV os maiores percentuais de acesso ao ensino superior ocorrem na cor ou raça branca (37,2% e 45,0%, respectivamente), enquanto que no Brasil ocorre na cor ou raça amarela (37,5%).

Tabela 5 - Acesso ao ensino superior total e por cor ou raça, Brasil, ES e RMGV, 2024 (%)

Cor ou Raça	Brasil	ES	RMGV
Branca	32,9%	37,2%	45,0%
Preta	18,0%	16,0%	21,3%
Parda	17,6%	18,2%	23,4%
Amarela	37,5%	14,9%	16,7%
Indígena	14,8%	14,8%	19,3%
Total	**23,6%**	**24,2%**	**30,2%**

Fonte: PNADC Anual - Suplemento Educação - 2º trimestre (IBGE, 2024).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

A **Escolaridade**[13] dos jovens, medida em número de anos, é similar no Brasil, ES e RMGV: respectivamente 11,39, 11,39 e 11,65 anos (Tabela 6). Nos três níveis territoriais analisados, os jovens indígenas apresentam o pior resultado (Tabela 6). No ES e na RMGV, o melhor resultado ocorre na cor ou raça branca (12,11 e 12,51 anos, respectivamente), enquanto no Brasil ocorre na cor ou raça amarela (12,15 anos).

Tabela 6 - Escolaridade em nº de anos, total e por cor ou raça, Brasil, ES e RMGV, 2024

Cor ou Raça	Brasil	ES	RMGV
Branca	11,96	12,11	12,51
Preta	11,11	10,86	11,01
Parda	11,01	11,07	11,30
Amarela	12,15	11,10	11,35
Indígena	10,64	9,49	9,03
Total	11,39	11,39	11,65

Fonte: PNADC Anual - Suplemento Educação - 2º trimestre (IBGE, 2024).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Além da educação, também é importante analisar a questão da violência no contexto do jovem, neste caso, especificamente dados do Espírito Santo e RMGV (SESP, 2024). Em 2024, o ES registrou 397 **jovens (15 a 29 anos) vítimas de homicídios**, sendo 196 na

[13] A escolaridade é medida em número de anos. Escolaridade média – fundamental: 9 anos; Escolaridade ensino médio: 12 anos.

RMGV (Tabela 7), ou seja, **49,37% dos jovens vítimas de homicídios no ES estão na RMGV**. No contexto intrametropolitano, destaca-se uma maior concentração de jovens vítimas de homicídios em três municípios: Serra (56); Cariacica (51); Vila Velha (50). A capital, Vitória, registra 26 jovens vítimas de homicídios em 2024.

Ao analisar o recorte por sexo, observa-se que a maior parte dos jovens vítimas de homicídios são homens, sendo 378 no ES e 188 na RMGV (Tabela 7), representando 95,21% e 95,92%, respectivamente, do total de jovens vítimas de homicídios.

Tabela 7 - Jovens (15 a 29 anos) vítimas de homicídios, ES e RMGV, 2024 (Nº absoluto)

	Total	Homens	Mulheres
Espírito Santo	397	378	19
RMGV	196	188	8
Cariacica	51	49	2
Fundão	2	2	0
Guarapari	4	4	0
Serra	56	54	2
Viana	7	7	0
Vila Velha	50	46	4
Vitória	26	26	0

Fonte: SESP, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Quanto ao número de **feminicídios**[14] entre as jovens (15 a 29 anos), registra-se, em 2024, 11 vítimas no ES e 4 na RMGV (Tabela 8), ou seja, os **casos da RMGV representam 36,36% do número total de vítimas do estado**. Os casos ocorreram em apenas três municípios da RMGV: Vila Velha (2); Serra (1); Guarapari (1).

Tabela 8 - Jovens (15 a 29 anos) vítimas de feminicídio, ES e RMGV, 2024 (Nº absoluto)

	Total de feminicídios
Espírito Santo	11
RMGV	4
Cariacica	0
Fundão	0
Guarapari	1
Serra	1

[14] A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), tipifica o assassinato de mulheres como circunstância qualificadora do crime de homicídio, quando o crime é cometido em razão do gênero feminino.

Viana	0
Vila Velha	2
Vitória	0

Fonte: https://sesp.es.gov.br/painel-de-violencia-mulher
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Considerando os **jovens LGBTQIA+ vítimas de violência**, registra-se um número significativo de casos: 2669 no ES, sendo 1976 na RMGV (Tabela 9), ou seja, **74,03% das vítimas do estado concentram-se na RMGV**. No contexto intrametropolitano, cabe destacar o grande número de ocorrências nos municípios de Vitória (639), Vila Velha (533), Serra (429) e Cariacica (255).

Tabela 9 - Jovens LGBTQIA+ (15 a 29 anos) vítimas de violência, ES e RMGV, 2024 (Nº absoluto)

	2024
Espírito Santo	**2669**
RMGV	**1976**
Cariacica	255
Fundão	10
Guarapari	83
Serra	429
Viana	27
Vila Velha	533
Vitória	639

Fonte: SESP, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Em 2024, são 979 **jovens vítimas de violência contra a dignidade sexual**[15] no ES, sendo 540 na RMGV (Tabela 10), o que corresponde a 55,16%. O maior número de casos entre os municípios metropolitanos ocorre na Serra (141), seguido de Vila Velha (132), Cariacica e Vitória, ambos com 92 vítimas (Tabela 10).

Tabela 10 - Jovens (15 a 29 anos) vítimas de violência contra a dignidade sexual, ES e RMGV, 2024 (Nº absoluto)

	2024
Espírito Santo	**979**
RMGV	**540**
Cariacica	92
Fundão	4

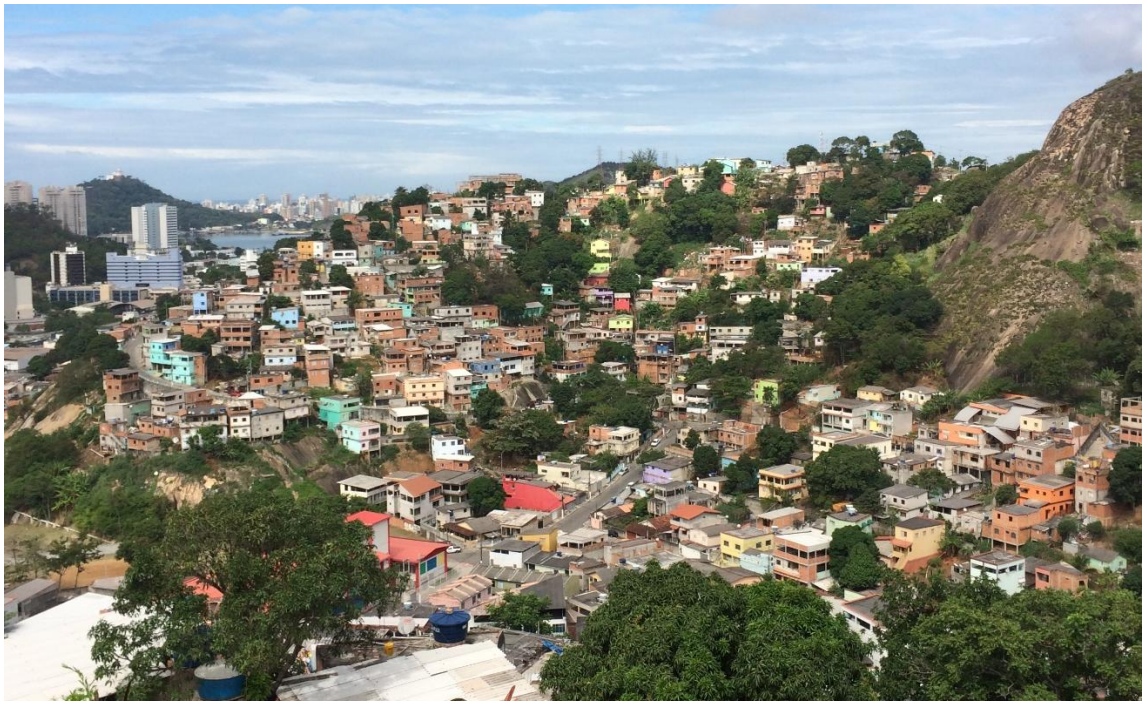
[15] A lei que trata de violência contra dignidade sexual no Brasil é a Lei nº 12.015/2009, que alterou o Código Penal, incluindo e modificando artigos relacionados a crimes contra a dignidade sexual. A Lei nº 13.718/2018 também introduziu modificações importantes.

Guarapari	53
Serra	141
Viana	26
Vila Velha	132
Vitória	92

Fonte: SESP, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

5. CONDIÇÕES DE VIDA URBANA NA RMGV

Antes de analisar alguns aspectos específicos aqui contemplados nas subseções, importa destacar a questão da desigualdade socioespacial, a partir de dados recentemente divulgados pelo Censo 2022/IBGE, que tratam de **Favelas e Comunidades Urbanas**, visto que as condições de vida nestas áreas são notadamente mais precárias. Favelas e Comunidades urbanas expressam a **desigualdade socioespacial** da urbanização brasileira, e retratam a **precariedade** das políticas governamentais e investimentos privados de dotação de **infraestrutura urbana, serviços públicos, equipamentos coletivos e proteção ambiental** aos sítios onde se localizam, reproduzindo **condições de vulnerabilidade**. Essas se tornam agravadas com a insegurança jurídica da posse, que também compromete a garantia do **direito à moradia** e a proteção legal contra despejos forçados e remoções (IBGE, 2024).



Fotografia: Isabella Muniz

Na RMGV, o **percentual de jovens moradores em domicílios particulares permanentes ocupados localizados em Favelas e Comunidades Urbanas**, em relação ao total de jovens moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, é de 12,83% (Tabela 11), superior ao do estado (8,82%) e, significativamente, ao do Brasil (4,65%).

Tabela 11 - Jovens moradores em domicílios particulares permanentes ocupados em Favelas e Comunidades Urbanas, Brasil, ES e RMGV, 2022

	Brasil		ES		RMGV	
	Total	%	Total	%	Total	%
Total de Jovens	45.011.176	-	801.464	-	394.478	-
Jovens em Favelas e Comunidades Urbanas	2.093.623	4,65	70.702	8,82	50.600	12,83

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Analisando os jovens residentes em Favelas e Comunidades Urbanas segundo **cor ou raça**, a **desigualdade socioespacial se mostra evidente,** nos três níveis territoriais analisados. Brasil, ES e RMGV mantêm um mesmo padrão de distribuição por cor ou raça, com pequenas variações percentuais (Tabela 12).

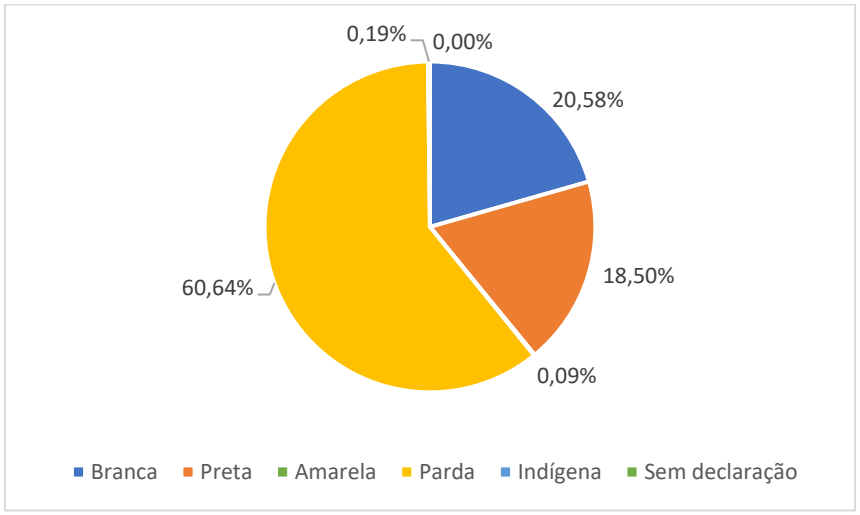
Na RMGV, assim como no Brasil e no ES, predomina nas Favelas e Comunidades Urbanas jovens de cor ou raça parda (Tabela 12). Os jovens pardos representam 60,64% da população jovem metropolitana residente nessas áreas (Gráfico 2). Os **jovens negros (pretos mais pardos) representam 79,14%**. Cabe destacar que as informações do Censo ocorrem por meio da autodeclaração dos recenseados. Jovens de cor ou raça indígena e amarela residentes em Favelas e Comunidades Urbanas são pouco representativos no conjunto, nos três níveis territoriais analisados (Tabela 12).

Tabela 12 - População jovem residente em Favelas e Comunidades Urbanas, segundo cor ou raça cor, Brasil, ES e RMGV, 2022

	Brasil		ES		RMGV	
	Total	%	Total	%	Total	%
Branca	1.076.671	25,82	30.438	21,74	20.622	20,58
Preta	681.815	16,35	24.782	17,70	18.541	18,50
Amarela	4.619	0,11	138	0,10	91	0,09
Parda	2.391.925	57,37	84.401	60,28	60.770	60,64
Indígena	14.088	0,34	261	0,19	191	0,19
Sem declaração	247	0,01	0	0,00	0	0,00

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 2 - População jovem residente em Favelas e Comunidades Urbanas, segundo cor ou raça, RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

5.1. Domicílios

No recorte da população jovem, refletindo o mesmo padrão observado em relação à população total, entre os domicílios **predomina o tipo "casa"**, de forma significativa, seguido do tipo "apartamento", nos três níveis territoriais analisados (Tabela 13). Contudo, observa-se na Tabela 6, que o **tipo "apartamento" é mais relevante na RMGV** (23,76%), do que no ES (17,13%) e no Brasil (12,36%): jovens moradores em domicílios do tipo "apartamento" representa 23,76% na RMGV. Talvez se justifique em função da maior concentração e adensamento nos territórios metropolitanos.

Os outros tipos de domicílios são pouco significativos no conjunto, porém, no Brasil, o tipo "casa de vila ou em condomínio" é mais relevante se comparado ao ES e à RMGV. Cabe destacar, ainda, que esse tipo de domicílio entre a população jovem é um pouco mais relevante na RMGV que no ES: 0,77% e 0,53%, respectivamente (Tabela 13).

Considerando a análise segundo cor ou raça, verifica-se, em geral, um padrão similar na ordem de grandeza (em primeiro o tipo "casa", seguido de "apartamento" e, em menor relevância, "casa de vila ou em condomínio"), mas com variações percentuais, por vezes, significativas. Como, por exemplo, o tipo "apartamento", que é muito mais representativo entre jovens de raça ou cor amarela e branca do que entre jovens de raça ou cor parda e preta, nos três níveis territoriais analisados (Tabela13).

Tabela 13 - Percentual de moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo tipo de domicílio, Brasil, ES e RMGV, 2022

	Brasil	Espírito Santo	RMGV
Casa	84,87%	82,03%	75,08%
Casa de vila ou em condomínio	2,39%	0,53%	0,77%
Apartamento	12,36%	17,13%	23,76%
Habitação em casa de cômodos ou cortiço	0,30%	0,26%	0,33%
Habitação indígena sem paredes ou maloca	0,03%	0,00%	0,00%
Estrutura residencial permanente degradada ou inacabada	0,05%	0,06%	0,07%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Ao analisar a **condição de ocupação dos domicílios**, destaca-se que o percentual de **domicílios alugados na RMGV é superior** ao ES (29,01%) e ao Brasil (26,59%): moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por condição de ocupação "alugado", representam 30,92% na RMGV (Tabela 14).

O percentual de moradores jovens em **domicílios próprios na RMGV (63,57%) é menor que no Brasil e pouco maior que no ES**, mas da mesma forma proporcionalmente bem maior que as demais condições de ocupação analisadas. Nesse sentido, cabe destacar que questões relacionadas ao preço da terra, a especulação imobiliária, a regularização fundiária, dentre outras, são **mais acentuadas no território metropolitano**, o que impacta nas condições de se obter um domicílio próprio.

Tabela 14 - Percentual de moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo condição de ocupação do domicílio, Brasil, ES e RMGV, 2022

Condição de ocupação no domicílio	Brasil	Espírito Santo	RMGV
Próprio de algum morador	66,39%	62,18%	63,57%
Alugado	26,59%	29,01%	30,92%
Cedido ou emprestado	6,22%	8,15%	4,94%
Outra condição	0,80%	0,67%	0,57%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2026).

Considerando o indicador de jovens moradores em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo **número de cômodos** (Tabela 15), **destaca-se a categoria "6 a 9 cômodos"**, sendo que a **RMGV (46,02%) apresenta percentual superior ao Brasil (41,79%) mas inferior ao ES (48,73%)**. Em seguida, a categoria "5 cômodos", com percentuais equivalentes no Brasil, ES e RMGV (30,14%, 29,61% e 30,08%, respectivamente). Em geral, a proporção das categorias reflete o padrão encontrado para a população total, ou seja, sem considerar o recorte etário de jovens.

A **categoria superior, "10 cômodos ou mais", é maior na RMGV (5,39%)** que no Brasil (4,79%) e no ES (4,68%). Provavelmente, isso tem relação com o maior padrão de vida na metrópole. Por outro lado, **a categoria inferior, "1 cômodo", também é maior na**

RMGV (0,98%) que no Brasil (0,28%) e no ES (0,89%), refletindo o contexto de desigualdade socioespacial das metrópoles brasileiras.

Tabela 15 - Percentual de moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo número de cômodos, Brasil, ES e RMGV, 2022

Número de cômodos	Brasil	Espírito Santo	RMGV
1 cômodo	0,28%	0,06%	0,05%
2 cômodos	1,80%	0,89%	0,98%
3 cômodos	6,47%	4,34%	4,67%
4 cômodos	14,73%	11,69%	12,80%
5 cômodos	30,14%	29,61%	30,08%
6 a 9 cômodos	41,79%	48,73%	46,02%
10 cômodos ou mais	4,79%	4,68%	5,39%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Entre os moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, o **número de moradores por dormitório predominante é "mais de 1 morador até 2 moradores"**, nos três níveis territoriais (Tabela 16). Em seguida, a categoria "1 morador" é a mais relevante, sendo que na RMGV o percentual é maior que no Brasil e no ES. Por outro lado, a categoria "mais de 3 moradores" é a menos representativa, porém a proporção é menor no ES e na RMGV, em relação ao Brasil.

Tabela 16 - Percentual de moradores jovens por dormitório em domicílios particulares permanentes ocupados, Brasil, ES e RMGV, 2022

Número de moradores por dormitório	Brasil	Espírito Santo	RMGV
1 morador	16,18%	18,04%	20,54%
Mais de 1 morador até 2 moradores	62,16%	65,10%	62,20%
Mais de 2 moradores até 3 moradores	16,05%	13,17%	13,11%
Mais de 3 moradores	5,61%	3,68%	4,16%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

As duas últimas categorias ("mais de 2 moradores até 3 moradores" e "mais de 3 moradores") se enquadram em uma situação de **adensamento excessivo**, considerando o conceito adotado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, a

soma dessas duas categorias resulta em **percentual de adensamento excessivo de 17,27% na RMGV**, menor que no Brasil (21,66%) e maior que no ES (16,85%).

Quanto aos resultados segundo cor ou raça, cabe destacar o percentual referente a **"mais de 3 moradores" por dormitório na RMGV: é mais significativo entre os jovens pretos, pardos e indígenas**, se comparado aos jovens amarelos e brancos (Tabela 17). O que evidencia, portanto, a maior vulnerabilidade social desses jovens.

Tabela 17 - Percentual de moradores jovens por dormitório em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo cor ou raça, Brasil, ES e RMGV, 2022

Número de moradores por cômodos utilizados como dormitório	Cor ou raça	Brasil	Espírito Santo	RMGV
1 morador	Total	16,18%	18,04%	20,54%
	Branca	7,65%	7,31%	8,37%
	Preta	1,74%	2,21%	2,70%
	Amarela	0,09%	0,03%	0,03%
	Parda	6,65%	8,45%	9,40%
	Indígena	0,05%	0,05%	0,04%
Mais de 1 morador até 2 moradores	Total	62,16%	65,10%	62,20%
	Branca	25,80%	22,99%	19,99%
	Preta	6,38%	7,90%	9,02%
	Amarela	0,20%	0,08%	0,11%
	Parda	29,50%	33,91%	32,91%
	Indígena	0,27%	0,22%	0,16%
Mais de 2 moradores até 3 moradores	Total	16,05%	13,17%	13,11%
	Branca	4,60%	3,18%	2,90%
	Preta	2,01%	2,11%	2,29%
	Amarela	0,02%	0,02%	0,02%
	Parda	9,22%	7,79%	7,86%
	Indígena	0,19%	0,07%	0,04%
Mais de 3 moradores	Total	5,61%	3,68%	4,16%
	Branca	1,29%	0,75%	0,81%
	Preta	0,74%	0,59%	0,67%

	Amarela	0,01%	0,00%	0,00%
	Parda	3,34%	2,32%	2,66%
	Indígena	0,22%	0,03%	0,01%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Nos três níveis territoriais analisados, o **tipo de material das paredes externas predominante é o de alvenaria ou taipa com revestimento**, que seria o melhor tipo dentre as categorias pesquisadas. No Brasil, ES e RMGV, os percentuais para esse tipo de material são, respectivamente: 85,75%, 91,82% e 91,63% (Tabela 18). Na sequência, com o segundo maior percentual, aparece a categoria “alvenaria sem revestimento”, sendo as demais categorias pouco representativas (Gráfico 3).

Analisando segundo **cor ou raça**, verifica-se a mesma predominância: os moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados com **paredes externas de alvenaria ou taipa com revestimento representam mais de 80% em todas as categorias de cor ou raça**, com exceção dos indígenas no recorte do Brasil, cujo percentual é de 41,81%. Já no ES e na RMGV, os percentuais referentes à cor ou raça indígena são, respectivamente, 83,46% e 92,36%, conforme a Tabela 18.



Fotografia: Isabella Muniz

A categoria **“alvenaria sem revestimento” é a segunda maior** nos três níveis territoriais, com exceção da cor ou raça indígena no recorte do Brasil; nesse caso específico, trata-se da categoria “madeira para construção” (29,67%). Observa-se, ainda, que os percentuais referentes à cor ou raça indígena no Brasil são mais distribuídos entre os tipos de paredes externas, se comparado com as demais categorias de cor ou raça do Brasil, e com todas as categorias do ES e da RMGV.

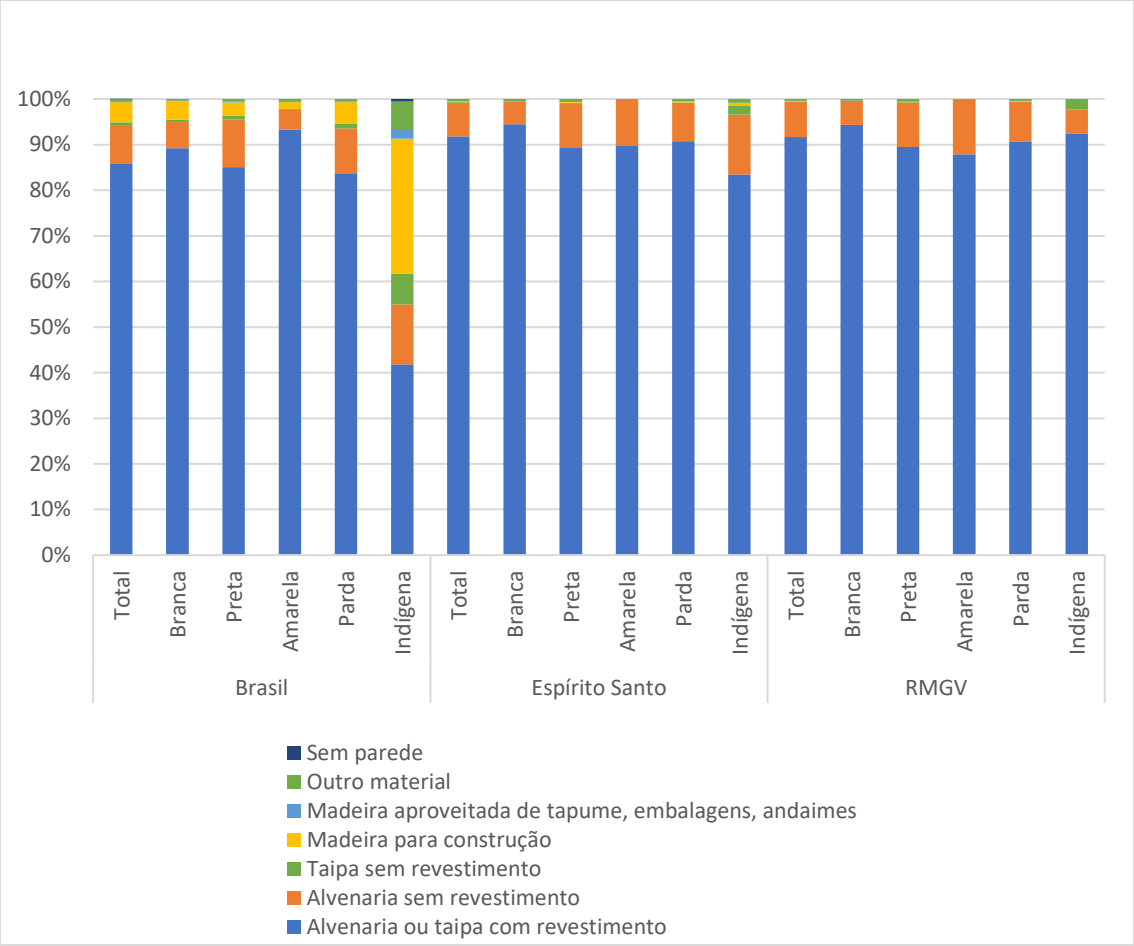
Em geral, as demais categorias são pouco representativas: “taipa sem revestimento”; “madeira para construção”; “madeira aproveitada de tapume, embalagens, andaimes”; “outro material”; “sem paredes”. O percentual de moradores jovens em **domicílios sem parede** é inexistente em todas as categorias de cor ou raça no Brasil, ES e RMGV (0,00%), com exceção dos jovens indígenas no Brasil (0,57%).

Tabela 17 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de material das paredes externas, segundo cor ou raça, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022

		Alvenaria ou taipa com revestimento	Alvenaria sem revestimento	Taipa sem revestimento	Madeira para construção	Madeira aproveitada de tapume, embalagens, andaimes	Outro material	Sem parede
Brasil	Total	85,75%	8,39%	0,73%	4,48%	0,16%	0,50%	0,00%
	Branca	89,24%	5,95%	0,30%	4,06%	0,10%	0,35%	0,00%
	Preta	85,04%	10,48%	0,81%	2,95%	0,19%	0,54%	0,00%
	Amarela	93,31%	4,31%	0,25%	1,47%	0,06%	0,62%	0,00%
	Parda	83,71%	9,84%	0,96%	4,80%	0,17%	0,52%	0,00%
	Indígena	41,81%	13,13%	6,73%	29,67%	1,85%	6,25%	0,57%
Espírito Santo	Total	91,82%	7,38%	0,09%	0,18%	0,02%	0,51%	0,00%
	Branca	94,45%	4,90%	0,03%	0,15%	0,01%	0,46%	0,00%
	Preta	89,39%	9,70%	0,10%	0,19%	0,03%	0,60%	0,00%
	Amarela	89,68%	10,32%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Parda	90,76%	8,38%	0,12%	0,20%	0,03%	0,51%	0,00%
	Indígena	83,46%	13,09%	1,89%	0,74%	0,00%	0,81%	0,00%
RMGV	Total	91,63%	7,76%	0,07%	0,11%	0,03%	0,39%	0,00%
	Branca	94,30%	5,26%	0,01%	0,06%	0,02%	0,36%	0,00%
	Preta	89,50%	9,68%	0,13%	0,15%	0,02%	0,52%	0,00%
	Amarela	87,87%	12,13%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Parda	90,61%	8,75%	0,09%	0,14%	0,04%	0,37%	0,00%
	Indígena	92,36%	5,33%	0,00%	0,00%	0,00%	2,31%	0,00%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 3 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de material das paredes externas, segundo cor ou raça, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET.

Sobre as condições dos domicílios, foi analisado ainda o indicador **"moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados por existência de banheiro ou sanitário**", segundo as categorias: "tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio"; "apenas banheiro de uso comum a mais de um domicílio"; "apenas sanitário ou buraco para dejeções, inclusive localizados no terreno"; "não tinham banheiro nem sanitário" (Tabela 19). Considerando o total de jovens, **predomina a categoria "tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio**", sendo 96,19% (Brasil), 99,85% (ES) e 99,89% (RMGV).

Quando se analisa por cor ou raça, o **percentual de moradores jovens em domicílios com banheiro de uso exclusivo também é quase universal (maioria dos casos) ou universal** (alcançando 100% na cor ou raça amarela no ES e na RMGV, e na cor ou raça

indígena na RMGV), conforme pode ser observado na Tabela 19. Por outro lado, os menores percentuais no Brasil, ES e RMGV ocorrem, respectivamente, entre os jovens pardos (95,86%), indígenas (96,64%); e pretos (99,83%).

Comparado ao Brasil, o ES e a RMGV possuem percentuais significativamente menores nas demais categorias ("apenas banheiro de uso comum a mais de um domicílio", "apenas sanitário ou buraco para dejeções" e "não tinham banheiro nem sanitário"), em quase todos os grupos de cor ou raça (Tabela 19 e Gráfico 4). A exceção ocorre na categoria "apenas banheiro de uso comum a mais de um domicílio", cor ou raça indígena no ES, cujo percentual é de 2,79%, bastante superior ao encontrado no Brasil.

Na RMGV, conforme já mencionado, a **cor ou raça preta apresenta o menor percentual de moradores jovens em domicílios com banheiro de uso exclusivo**. Consequentemente, observa-se que a cor ou raça preta apresenta maiores percentuais referentes às categorias "apenas banheiro de uso comum a mais de um domicílio", "apenas sanitário ou buraco para dejeções, inclusive os localizados no terreno" e "não tinham banheiro nem sanitário" (Tabela 19 e Gráfico 4).

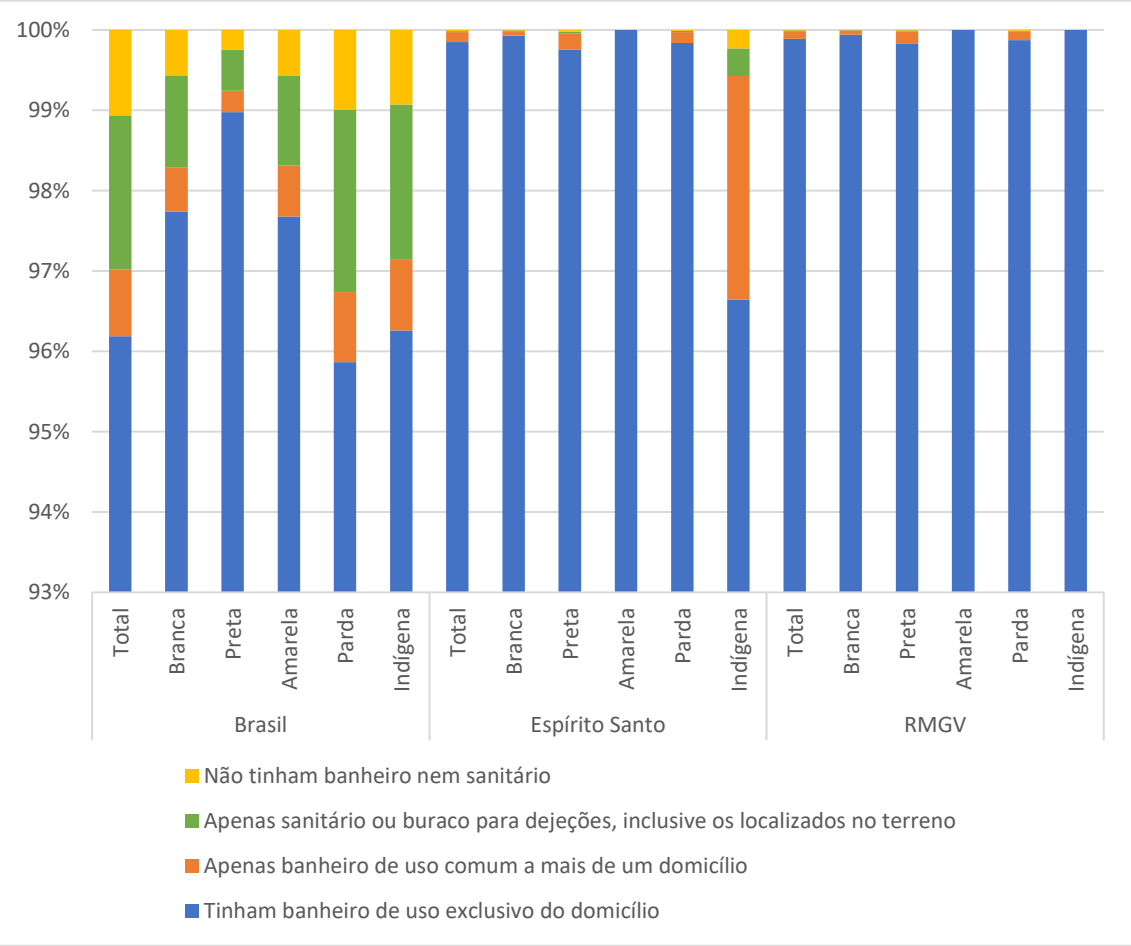
Tabela 18 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de banheiro ou sanitário, segundo cor ou raça, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022

		Tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio	Apenas banheiro de uso comum a mais de um domicílio	Apenas sanitário ou buraco para dejeções, inclusive os localizados no terreno	Não tinham banheiro nem sanitário
Brasil	Total	96,19%	0,83%	1,92%	1,06%
	Branca	97,74%	0,55%	1,14%	0,56%
	Preta	98,98%	0,27%	0,51%	0,25%
	Amarela	97,68%	0,63%	1,12%	0,57%
	Parda	95,86%	0,87%	2,27%	0,99%
	Indígena	96,26%	0,89%	1,92%	0,93%
Espírito Santo	Total	99,85%	0,12%	0,01%	0,01%
	Branca	99,93%	0,06%	0,01%	0,01%
	Preta	99,75%	0,20%	0,03%	0,02%
	Amarela	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Parda	99,84%	0,13%	0,02%	0,01%

	Indígena	96,64%	2,79%	0,34%	0,23%
RMGV	Total	99,89%	0,09%	0,01%	0,01%
	Branca	99,94%	0,05%	0,00%	0,00%
	Preta	99,83%	0,15%	0,01%	0,01%
	Amarela	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
	Parda	99,87%	0,10%	0,01%	0,01%
	Indígena	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 4 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de banheiro ou sanitário, segundo cor ou raça, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

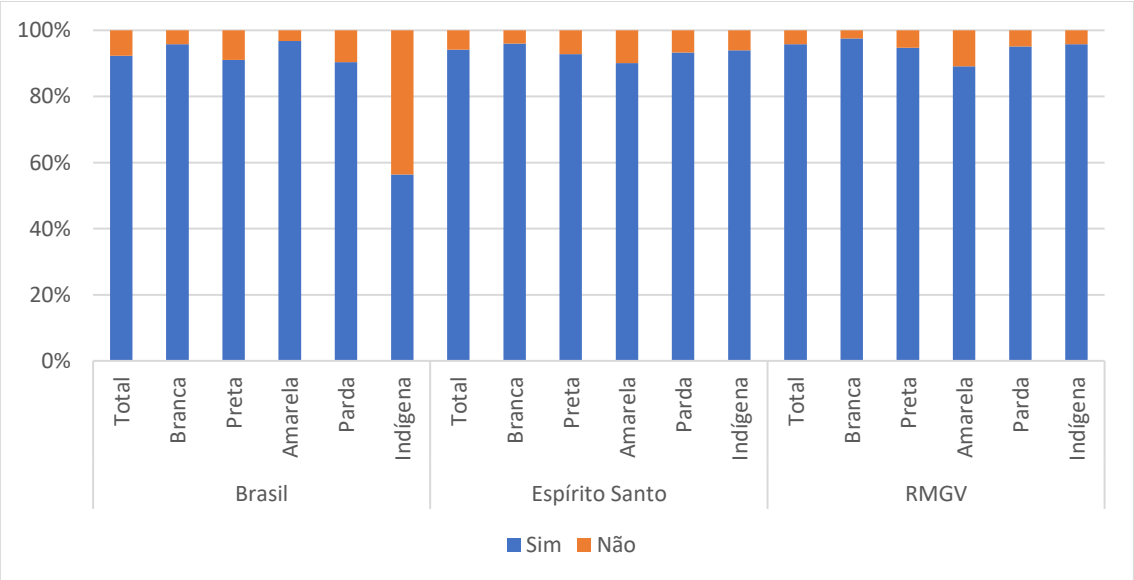
Em geral, o **acesso domiciliar à internet é alto nos três níveis territoriais** (acima de 90%), tanto em relação à população total quanto no recorte dos jovens (15 a 29 anos). O acesso domiciliar à internet é maior entre os jovens brancos no ES (96,01%) e na RMGV (97,52%), conforme pode ser observado na Tabela 20 e no Gráfico 5.

Tabela 19 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de conexão domiciliar à internet, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022

		Existência de conexão domiciliar à Internet	
		Sim	Não
Brasil	Total	92,34%	7,66%
	Branca	95,75%	4,25%
	Preta	91,03%	8,97%
	Amarela	96,72%	3,28%
	Parda	90,40%	9,60%
	Indígena	56,41%	43,59%
Espírito Santo	Total	94,14%	5,86%
	Branca	96,01%	3,99%
	Preta	92,81%	7,19%
	Amarela	90,09%	9,91%
	Parda	93,25%	6,75%
	Indígena	93,93%	6,07%
RMGV	Total	95,80%	4,20%
	Branca	97,52%	2,48%
	Preta	94,74%	5,26%
	Amarela	89,15%	10,85%
	Parda	95,08%	4,92%
	Indígena	95,77%	4,23%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 5 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de conexão domiciliar à internet, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

5.2 Saneamento

Em saneamento, importa analisar os dados da população jovem segundo cor ou raça, visto que, em geral, predomina a existência de canalização, rede geral de distribuição, etc. A análise por recorte de cor ou raça mostra de maneira mais explícita em qual população jovem impacta mais diretamente a deficiência do saneamento, ou seja, explicita a questão da desigualdade e vulnerabilidade social, e da inadequação de domicílios, refletindo diretamente na saúde e na qualidade da habitação.

Analisando a componente **Água** do saneamento, observa-se que, no Brasil e no Espírito Santo, os maiores percentuais referentes à existência de **água canalizada até o interior da residência** (Tabela 21) concentram-se entre os jovens de cor ou raça amarela (98,02% e 99,89%, respectivamente), seguidos pelos jovens brancos (97,49% e 99,58%, respectivamente). Na RMGV, entretanto, verifica-se um padrão distinto: os maiores percentuais são registrados entre os jovens brancos (99,72%), seguidos pelos jovens pardos (99,53%). Em todos os recortes territoriais, o menor percentual corresponde aos jovens indígenas. Ainda assim, no Espírito Santo (95,99%) e na RMGV (99,08%), esses valores superam significativamente o registrado no Brasil (51,84%) e se aproximam dos percentuais observados nas demais categorias de cor ou raça (Gráfico 6).

O percentual de moradores jovens em domicílios com **água canalizada, mas apenas no terreno**, é maior entre os indígenas, nos três níveis territoriais analisados, sendo que o percentual no Brasil (24,10%) é significativamente maior em relação ao ES (2,10%) e à RMGV (0,71%), conforme pode ser observado na Tabela 21 e no Gráfico 6.



Fotografia: Isabella Muniz

Já o percentual de moradores jovens em domicílios **sem água canalizada** também é maior entre os indígenas, mas apenas no Brasil (24,06%) e no ES (1,91%). Na RMGV observa-se um padrão um pouco diferente, visto que os percentuais são melhores distribuídos entre os recortes de cor ou raça dentro de cada categoria. Na RMGV, o maior percentual referente à categoria "sem água canalizada" ocorre na cor ou raça amarela (0,40%), seguido da cor ou raça preta (0,26%). Considerando os **jovens negros**, ou seja, os jovens pretos mais os pardos, registra-se o **percentual mais relevante de moradores em domicílios "sem água canalizada" da RMGV: 0,46%**.

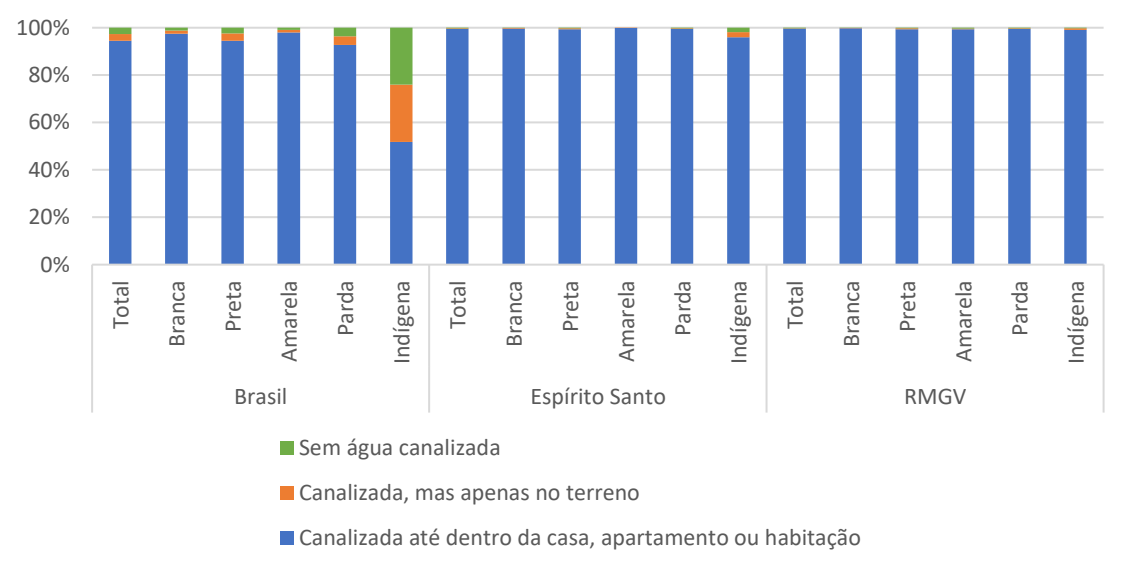
Tabela 20 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo existência de canalização de água, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022

		Canalizada até dentro da casa, apartamento ou habitação	Canalizada, mas apenas no terreno	Sem água canalizada
Brasil	Total	94,52%	2,80%	2,67%
	Branca	97,49%	1,27%	1,24%
	Preta	94,45%	3,15%	2,40%

	Amarela	98,02%	1,04%	0,94%
	Parda	92,75%	3,66%	3,59%
	Indígena	51,84%	24,10%	24,06%
Espírito Santo	Total	99,45%	0,36%	0,19%
	Branca	99,58%	0,29%	0,13%
	Preta	99,30%	0,45%	0,24%
	Amarela	99,89%	0,11%	0,00%
	Parda	99,42%	0,37%	0,21%
	Indígena	95,99%	2,10%	1,91%
RMGV	Total	99,58%	0,23%	0,18%
	Branca	99,72%	0,15%	0,13%
	Preta	99,42%	0,32%	0,26%
	Amarela	99,30%	0,30%	0,40%
	Parda	99,53%	0,26%	0,20%
	Indígena	99,08%	0,71%	0,20%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 6 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo existência de canalização de água, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Sobre a componente **Água**, foi analisado ainda o indicador "moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por **existência de ligação à rede geral de distribuição de água e principal forma de abastecimento de água**", segundo as seguintes categorias: possui ligação à rede geral e a utiliza como forma principal; possui ligação à rede geral, mas utiliza principalmente outra forma; não possui ligação com a

rede geral. Nos três níveis territoriais, em todas as cores ou raças, a categoria “possui ligação à rede geral e a utiliza como forma principal” é a mais significativa. Mas cabe destacar que no Brasil, entre os indígenas, a categoria “não possui ligação com a rede geral” também é muito representativa, com 41,20% (Tabela 22 e Gráfico 7).

Em comparação ao Brasil e ao ES, a **RMGV apresenta percentuais mais elevados de jovens residentes em domicílios ligados à rede geral, utilizada como forma principal de abastecimento**, tanto no resultado geral (96,6%) quanto em todos os recortes de cor ou raça. Destaca-se a existência de percentuais acima de 94% para jovens da cor ou raça indígena, chegando até percentuais de 98% para cor ou raça amarela.

Consequentemente, possui percentuais menores que o Brasil e o ES nas outras categorias, a saber: “possui ligação à rede geral, mas utiliza principalmente outra forma”; e “não possui ligação com a rede geral”. Os maiores percentuais da RMGV referentes a essas duas categorias ocorrem, respectivamente, na cor ou raça indígena (2,91%), e na cor ou raça parda (2,26%), conforme a Tabela 22.

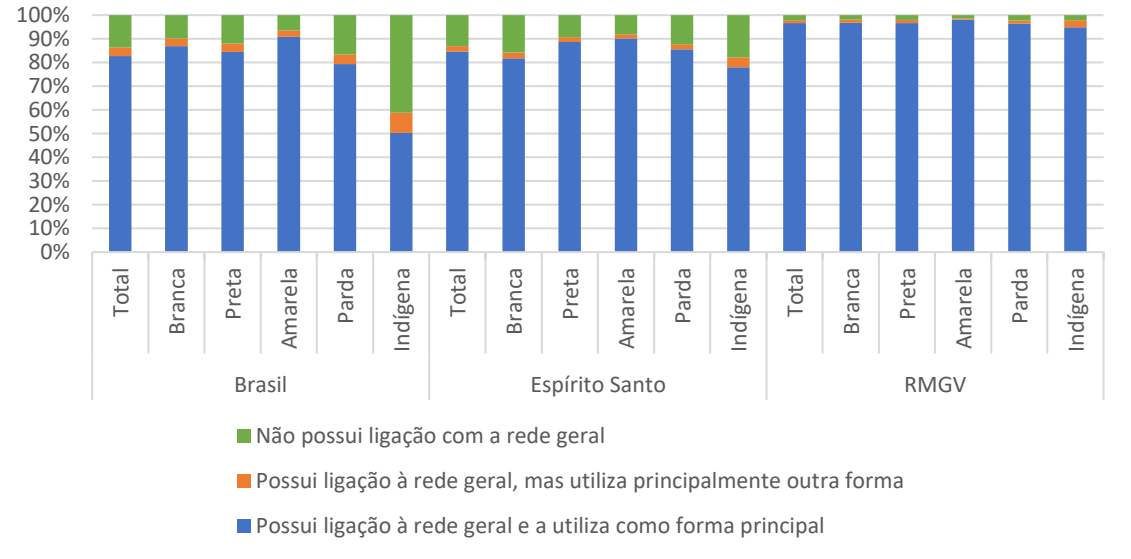
Tabela 21 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de ligação à rede geral de distribuição de água e principal forma de abastecimento de água, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022

		Possui ligação à rede geral e a utiliza como forma principal	Possui ligação à rede geral, mas utiliza principalmente outra forma	Não possui ligação com a rede geral
Brasil	**Total**	**82,74%**	**3,71%**	**13,55%**
	Branca	86,87%	3,27%	9,86%
	Preta	84,55%	3,45%	12,01%
	Amarela	90,80%	2,80%	6,40%
	Parda	79,42%	4,06%	16,52%
	Indígena	50,34%	8,45%	41,20%
Espírito Santo	**Total**	**84,67%**	**2,26%**	**13,07%**
	Branca	81,73%	2,55%	15,72%
	Preta	88,74%	1,90%	9,35%
	Amarela	90,21%	1,76%	8,03%
	Parda	85,63%	2,15%	12,23%
	Indígena	77,99%	4,24%	17,78%
RMGV	**Total**	**96,60%**	**1,31%**	**2,09%**
	Branca	96,85%	1,30%	1,86%

Preta	96,67%	1,34%	1,99%
Amarela	98,10%	0,57%	1,33%
Parda	96,43%	1,31%	2,26%
Indígena	94,91%	2,91%	2,18%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET.

Gráfico 7 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por existência de ligação à rede geral de distribuição de água e principal forma de abastecimento de água, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Sobre a **principal forma de abastecimento de água**, a **rede geral de distribuição é predominante** nos três níveis territoriais (Tabela 23 e Gráfico 8). Mas cabe destacar que a **RMGV (96,45%) apresenta percentual maior** que o Brasil (82,74%) e o ES (84,67%), inclusive considerando cada recorte de cor ou raça.

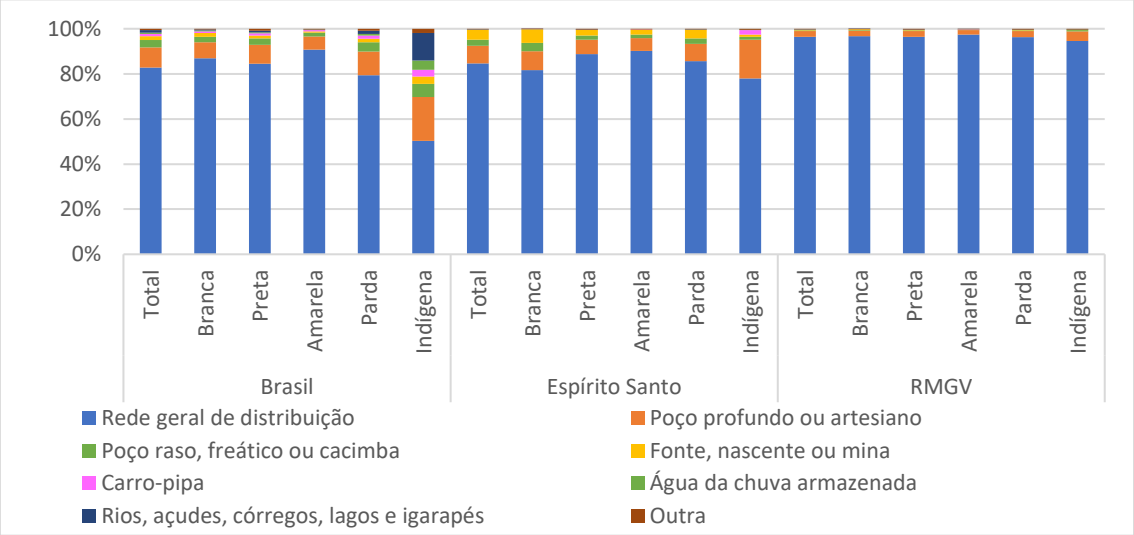
Em geral, as outras formas de abastecimento de água (poço profundo ou artesiano; poço raso, freático ou cacimba; etc.), nas três escalas territoriais, apresentam resultados menos relevantes que "rede geral de distribuição". Mas cabe destacar que, entre os jovens indígenas no Brasil, há uma distribuição maior entre as principais formas de abastecimento, conforme observa-se no Gráfico 8.

Tabela 22 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo principal forma de abastecimento de água, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022

		Rede geral de distribuição	Poço profundo ou artesiano	Poço raso, freático ou cacimba	Fonte, nascente ou mina	Carro-pipa	Água da chuva armazenada	Rios, açudes, córregos, lagos e igarapés	Outra
Brasil	Total	82,74%	9,03%	3,25%	1,63%	1,13%	0,54%	1,04%	0,65%
	Branca	86,87%	7,20%	2,29%	1,80%	0,74%	0,31%	0,42%	0,37%
	Preta	84,55%	8,36%	2,84%	1,31%	0,92%	0,41%	0,75%	0,87%
	Amarela	90,80%	5,79%	1,74%	0,55%	0,47%	0,17%	0,22%	0,27%
	Parda	79,42%	10,53%	4,09%	1,54%	1,46%	0,70%	1,44%	0,81%
	Indígena	50,34%	19,41%	5,77%	3,24%	3,04%	4,12%	12,22%	1,86%
Espírito Santo	Total	84,67%	7,77%	2,76%	4,46%	0,08%	0,00%	0,10%	0,15%
	Branca	81,73%	8,29%	3,70%	6,07%	0,03%	0,00%	0,11%	0,07%
	Preta	88,74%	6,36%	1,84%	2,60%	0,12%	0,01%	0,07%	0,26%
	Amarela	90,21%	5,72%	1,54%	2,09%	0,11%	0,00%	0,00%	0,33%
	Parda	85,63%	7,72%	2,39%	3,89%	0,08%	0,00%	0,10%	0,18%
	Indígena	77,99%	17,21%	1,30%	0,95%	2,02%	0,04%	0,11%	0,38%
RMGV	Total	96,45%	2,58%	0,25%	0,46%	0,02%	0,00%	0,02%	0,23%
	Branca	96,70%	2,50%	0,19%	0,48%	0,01%	0,00%	0,01%	0,10%
	Preta	96,49%	2,49%	0,29%	0,33%	0,03%	0,01%	0,02%	0,35%
	Amarela	97,41%	1,96%	0,17%	0,17%	0,07%	0,00%	0,03%	0,20%
	Parda	96,27%	2,65%	0,28%	0,47%	0,02%	0,00%	0,02%	0,28%
	Indígena	94,52%	4,38%	0,46%	0,25%	0,00%	0,03%	0,03%	0,33%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 8 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, segundo principal forma de abastecimento de água, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Sobre a componente **Esgoto,** foi analisado o indicador "moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por **tipo de esgotamento sanitário**", total e segundo cor ou raça. O tipo **"rede geral ou pluvial" é predominante** nos três níveis territoriais, sendo o Brasil com o menor percentual, 56,87%, o ES com 73,57%, e a RMGV com o maior percentual, 86,16%. A rede geral ou pluvial é predominante para todas as categorias de cor ou raça, com exceção dos jovens indígenas no recorte do Brasil, cujo tipo predominante é a "fossa rudimentar ou buraco" (Tabela 24).

Por outro lado, a RMGV apresenta percentuais menores referentes aos outros tipos de esgotamento sanitário (Tabela 24 e Gráfico 9), como, por exemplo, fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede (0,90%); fossa séptica ou fossa filtro não ligada à rede (4,10%); fossa rudimentar ou buraco (5,48%); vala (2,27%); e rio, lago, córrego ou mar (0,87%). Assim, verifica-se que a **RMGV oferece melhor cobertura de esgotamento sanitário por rede geral ou pluvial à população jovem** que a média do Brasil e do ES.

Na RMGV, os tipos **"vala" e "rio, lago, córrego ou mar"**, dois dos piores tipos de esgotamento sanitário pesquisados, **são maiores entre os jovens pretos (2,80%) e indígenas (1,16%)**, respectivamente; enquanto o tipo "rede geral ou pluvial" é maior entre os jovens brancos, com 90,30% (Tabela 24). Considerando os jovens negros (pretos mais pardos), referente a esses dois tipos de esgotamento sanitário, os percentuais são de 5,43% e 1,96%, respectivamente.

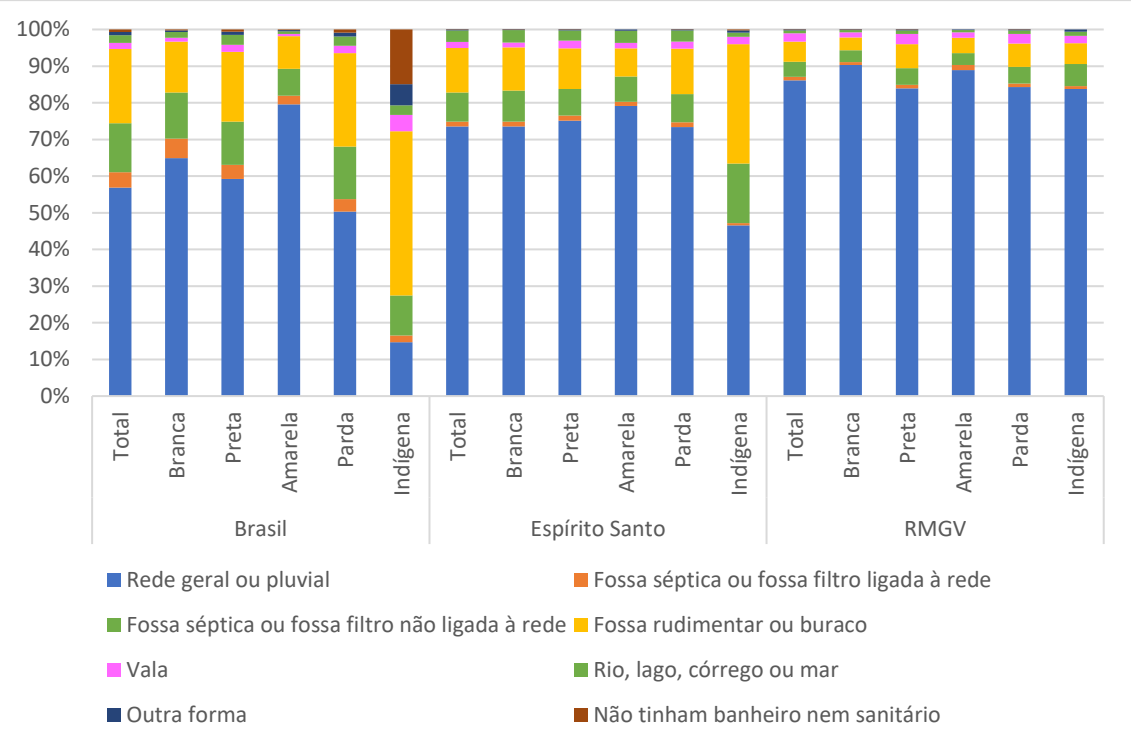
Tabela 23 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de esgotamento sanitário, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022

		Rede geral ou pluvial	Fossa séptica ou fossa filtro ligada à rede	Fossa séptica ou fossa filtro não ligada à	Fossa rudimentar ou buraco	Vala	Rio, lago, córrego ou mar	Outra forma	Não tinham banheiro nem sanitário
Brasil	Total	56,87%	4,21%	13,32%	20,29%	1,61%	2,17%	0,84%	0,68%
	Branca	64,87%	5,34%	12,60%	13,90%	1,00%	1,63%	0,45%	0,22%
	Preta	59,26%	3,82%	11,79%	19,01%	1,96%	2,69%	0,84%	0,63%
	Amarela	79,56%	2,41%	7,33%	8,90%	0,55%	0,69%	0,37%	0,19%

	Parda	50,33%	3,43%	14,31%	25,48%	2,00%	2,49%	1,09%	0,87%
	Indígena	14,73%	1,84%	10,88%	44,76%	4,47%	2,65%	5,78%	14,91%
Espírito Santo	Total	73,57%	1,31%	7,94%	12,09%	1,72%	3,14%	0,22%	0,01%
	Branca	73,58%	1,27%	8,48%	11,79%	1,27%	3,41%	0,19%	0,01%
	Preta	75,12%	1,43%	7,24%	11,06%	2,11%	2,78%	0,24%	0,02%
	Amarela	79,10%	1,21%	6,82%	7,70%	1,54%	3,30%	0,33%	0,00%
	Parda	73,34%	1,31%	7,71%	12,41%	1,92%	3,05%	0,24%	0,01%
	Indígena	46,59%	0,61%	16,22%	32,58%	2,02%	1,14%	0,61%	0,23%
RMGV	Total	86,16%	0,90%	4,10%	5,48%	2,27%	0,85%	0,22%	0,01%
	Branca	90,30%	0,83%	3,19%	3,52%	1,43%	0,58%	0,15%	0,00%
	Preta	83,97%	0,93%	4,50%	6,54%	2,80%	0,98%	0,26%	0,01%
	Amarela	88,95%	1,33%	3,24%	4,19%	1,52%	0,57%	0,19%	0,00%
	Parda	84,28%	0,94%	4,53%	6,38%	2,63%	0,98%	0,25%	0,01%
	Indígena	83,72%	0,87%	5,96%	5,67%	2,03%	1,16%	0,58%	0,00%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 9 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por tipo de esgotamento sanitário, Brasil, Espírito Santo e RMGV, 2022



Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Sobre a componente **Resíduos Sólidos**, foi analisado o indicador "moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por **destino do lixo**", total e segundo cor

ou raça (Tabela 25 e Gráfico 10). A **RMGV apresenta maior percentual para lixo "coletado no domicílio por serviço de limpeza"** (90,55%) que o Brasil (82,19%) e o ES (81,55%). O destino do lixo "depositado em caçamba de serviço de limpeza" é o segundo mais relevante do conjunto, nas três escalas territoriais. Em geral, os demais são pouco representativos, com exceção dos jovens indígenas na escala do Brasil, referente ao lixo "queimado na propriedade", que é bem significativo: 50,63%, percentual maior do que lixo "coletado no domicílio por serviço de limpeza" (36,50%).

Analisando por cor ou raça na RMGV, verifica-se que o maior percentual de lixo "coletado no domicílio por serviço de limpeza" ocorre entre os jovens brancos (90,89%), e o menor entre os jovens indígenas (84,88%), seguido pelos jovens pretos (89,54%). Cabe destacar os maiores percentuais referentes a outras categorias de destino do lixo, como: "depositado em caçamba de serviço de limpeza" – cor ou raça indígena (13,37%); "queimado na propriedade" – cor ou raça parda (0,77%); "jogado em terreno baldio, encosta ou área pública" – cor ou raça indígena (1,02%).

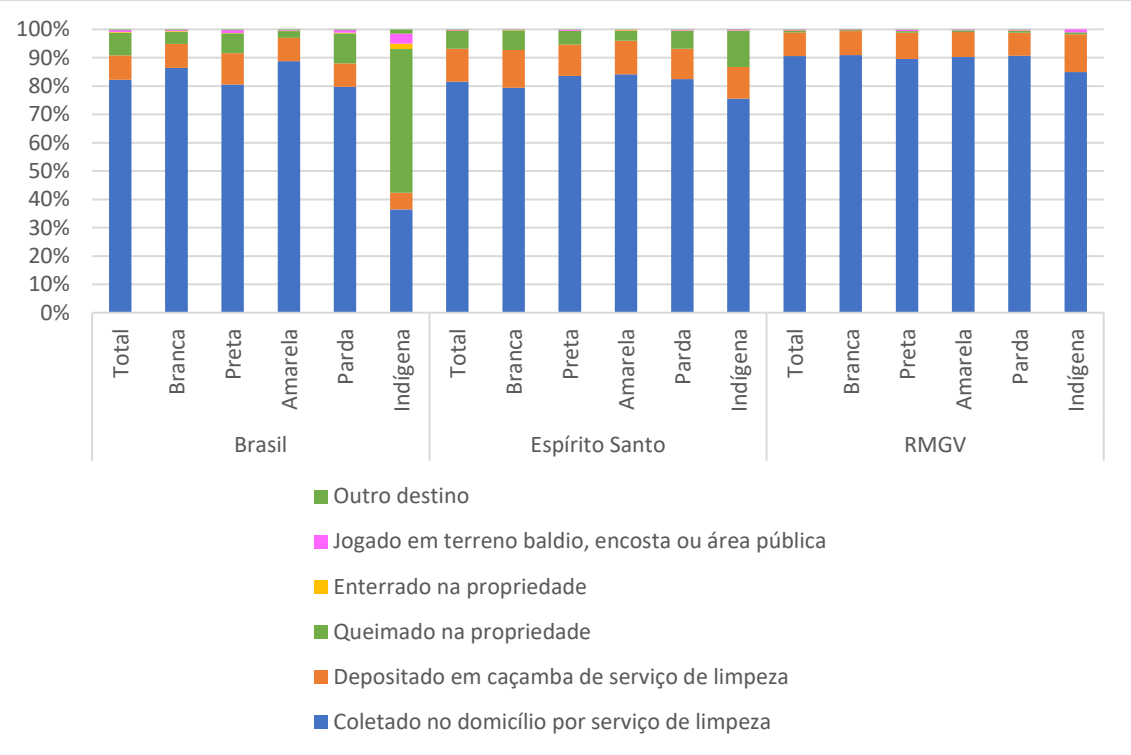
Tabela 24 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por destino do lixo, Brasil, ES e RGMV, 2022

		Coletado no domicílio por serviço de limpeza	Depositado em caçamba de serviço de limpeza	Queimado na propriedade	Enterrado na propriedade	Jogado em terreno baldio, encosta ou área pública	Outro destino
Brasil	Total	82,19%	8,59%	7,99%	0,25%	0,67%	0,30%
	Branca	86,43%	8,48%	4,28%	0,20%	0,35%	0,26%
	Preta	80,47%	11,15%	6,95%	0,18%	0,96%	0,29%
	Amarela	88,78%	8,27%	2,38%	0,11%	0,25%	0,22%
	Parda	79,78%	8,16%	10,63%	0,28%	0,84%	0,32%
	Indígena	36,50%	5,89%	50,63%	1,93%	3,54%	1,51%
Espírito Santo	Total	81,55%	11,64%	6,37%	0,07%	0,22%	0,14%
	Branca	79,41%	13,33%	6,88%	0,09%	0,16%	0,14%
	Preta	83,60%	11,01%	4,89%	0,05%	0,32%	0,13%
	Amarela	84,16%	11,88%	3,41%	0,22%	0,22%	0,11%
	Parda	82,49%	10,70%	6,36%	0,07%	0,24%	0,14%
	Indígena	75,58%	11,14%	12,78%	0,08%	0,34%	0,08%
RMGV	Total	90,55%	8,40%	0,64%	0,01%	0,28%	0,11%
	Branca	90,89%	8,45%	0,43%	0,01%	0,16%	0,07%

Preta	89,54%	9,23%	0,66%	0,01%	0,42%	0,15%
Amarela	90,29%	8,76%	0,57%	0,00%	0,19%	0,19%
Parda	90,63%	8,14%	0,77%	0,01%	0,31%	0,13%
Indígena	84,88%	13,37%	0,73%	0,00%	1,02%	0,00%

Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 10 - Moradores jovens em domicílios particulares permanentes ocupados, por destino do lixo, Brasil, ES e RGMV, 2022



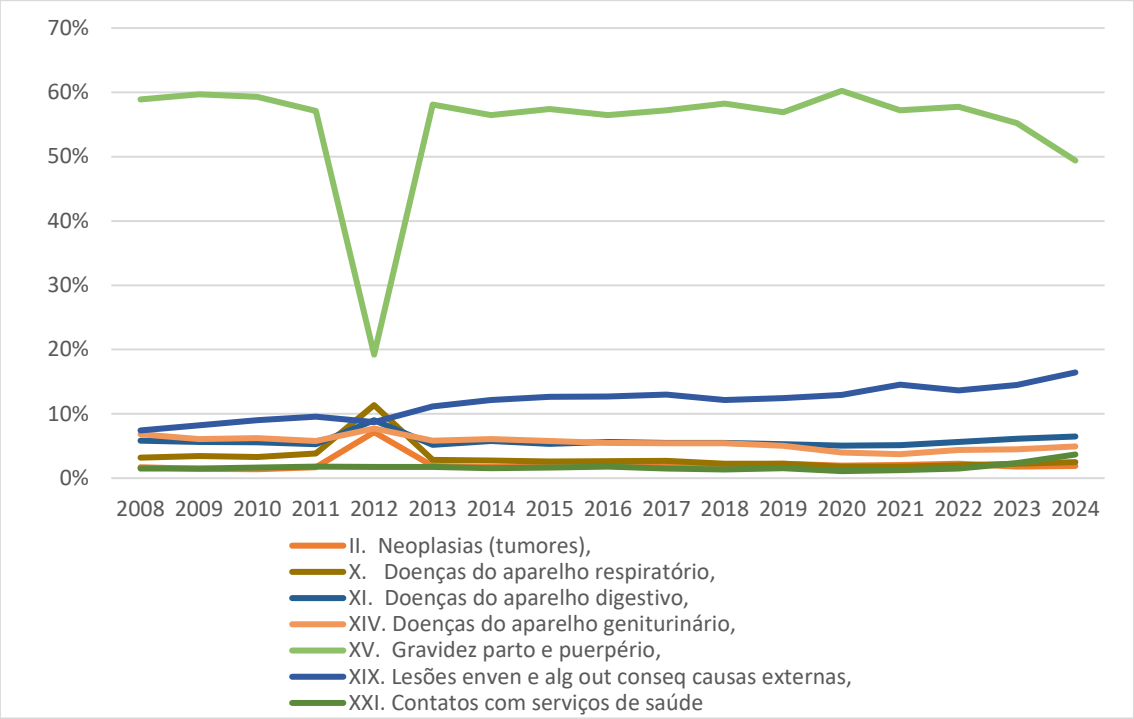
Fonte: Censo Demográfico (IBGE, 2022).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

5.3. Saúde: Morbidade e Mortalidade

Sobre a **morbidade hospitalar** da população jovem (15 a 29 anos), verifica-se, em toda a linha do tempo apresentada (2008-2024), que a **principal causa de internação**, de forma significativa (com exceção de 2012), se relaciona com "**Gravidez, parto e puerpério**", tanto no ES, quanto na RMGV (Gráficos 11 e 12).

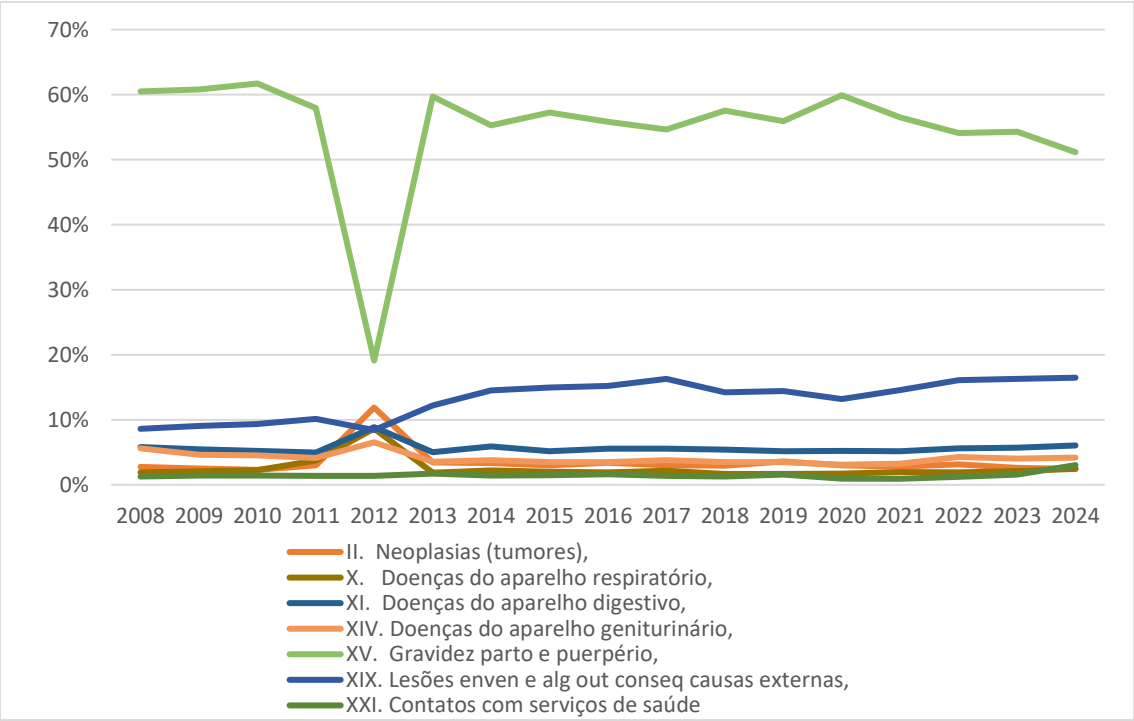
Observa-se, no Gráfico 13, um comparativo entre o ES e a RMGV. Em 2024, o percentual referente à "Gravidez, parto e puerpério" é um pouco maior na RMGV (51,15%) que no ES (49,39%). Em segundo lugar, aparece como principal causa de morbidade do jovem as "**Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas**", tanto no ES (16,44%) quanto na RMGV (16,47%).

Gráfico 11 - Linha do Tempo - Morbidade Geral de Jovens (15 a 29 anos), ES, 2008-2024



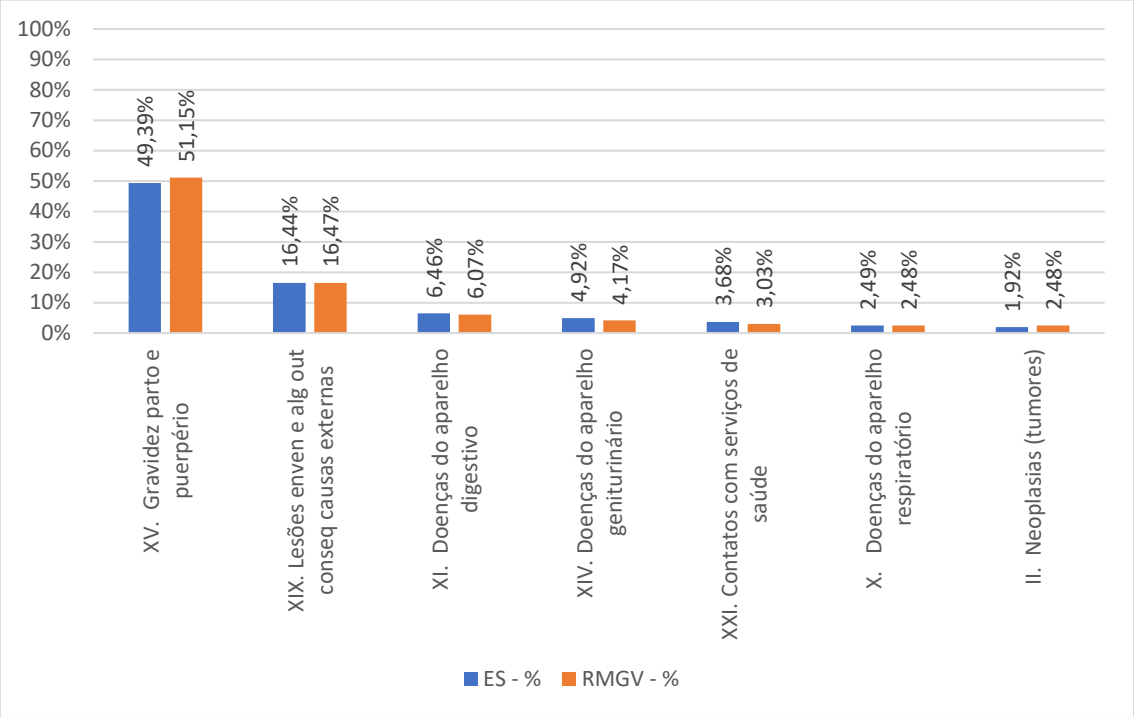
Fonte: DATASUS, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 12 - Linha do Tempo - Morbidade Geral de Jovens (15 a 29 anos), RMGV, 2008-2024



Fonte: DATASUS, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 13 - Morbidade de Jovens (15 a 29 anos), ES e RMGV, 2024

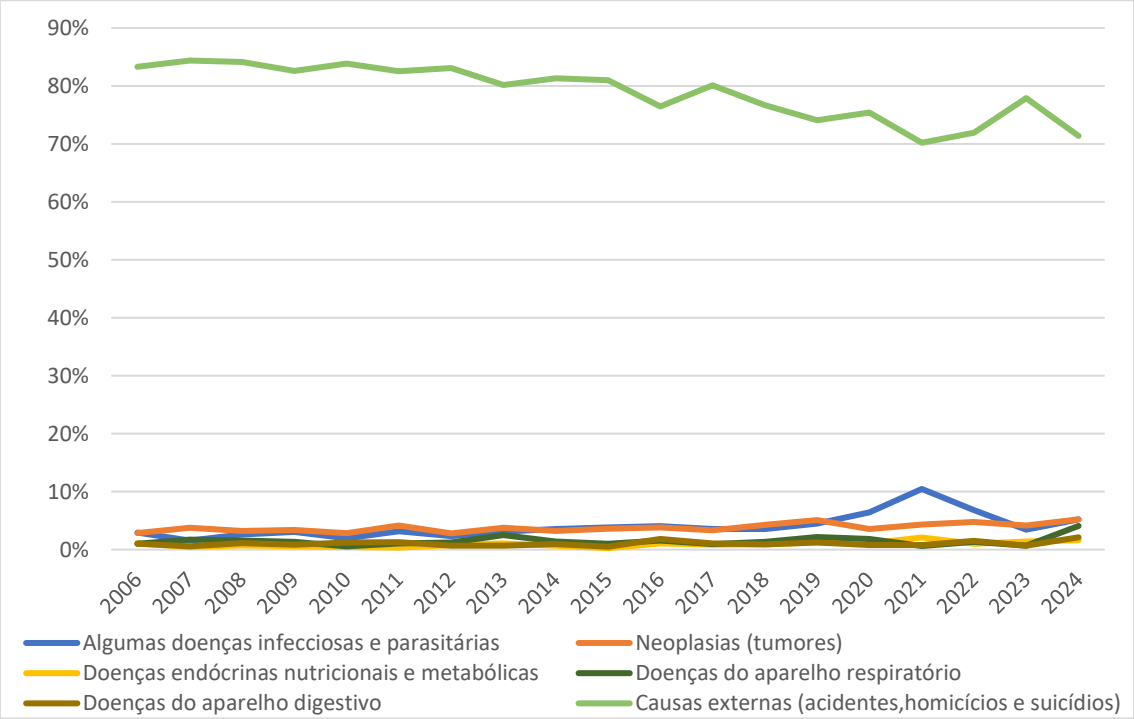


Fonte: DATASUS, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Quanto à **mortalidade** da população jovem, se destacam, de forma muito expressiva, as "**causas externas (acidentes, homicídios e suicídios)**", conforme pode ser observado na linha do tempo do ES e também da RMGV (Gráficos 14 e 15).

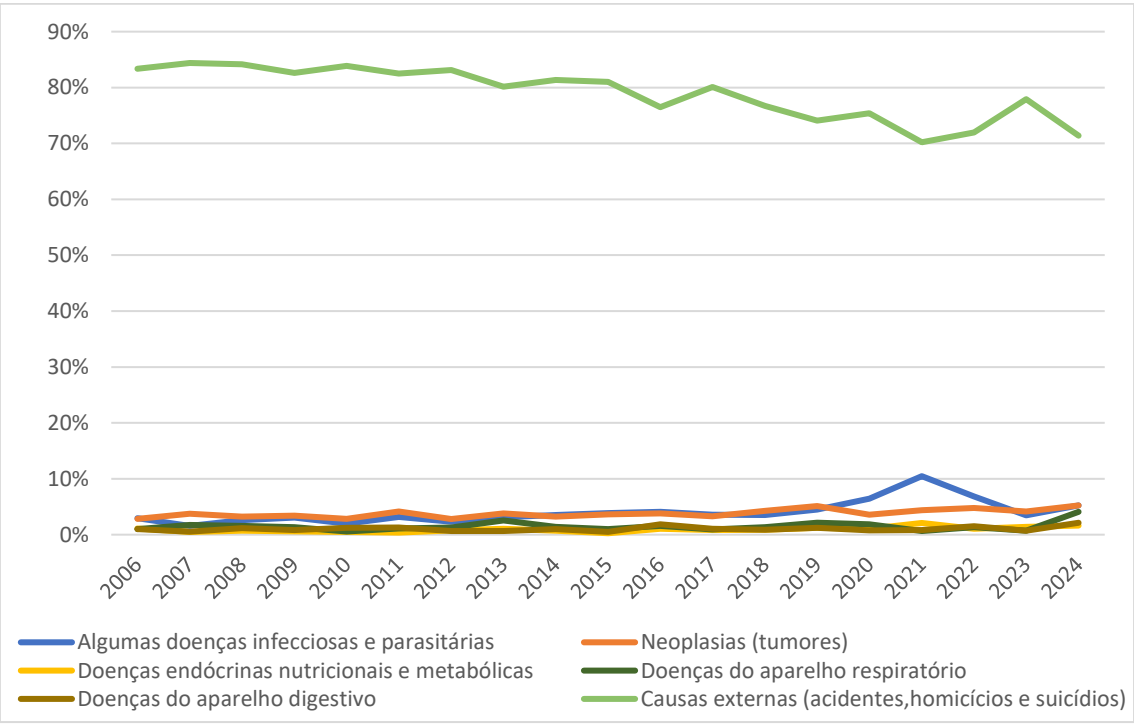
Comparando ES e RMGV (Gráfico 16), verifica-se, em 2024, que o percentual do ES (72,93%) é um pouco superior ao da RMGV (71,41%). As demais causas de mortalidade analisadas apresentam percentuais baixos, sendo pouco expressivas.

Gráfico 14 - Linha do Tempo - Mortalidade Geral de Jovens (15 a 29 anos), ES, 2006-2024



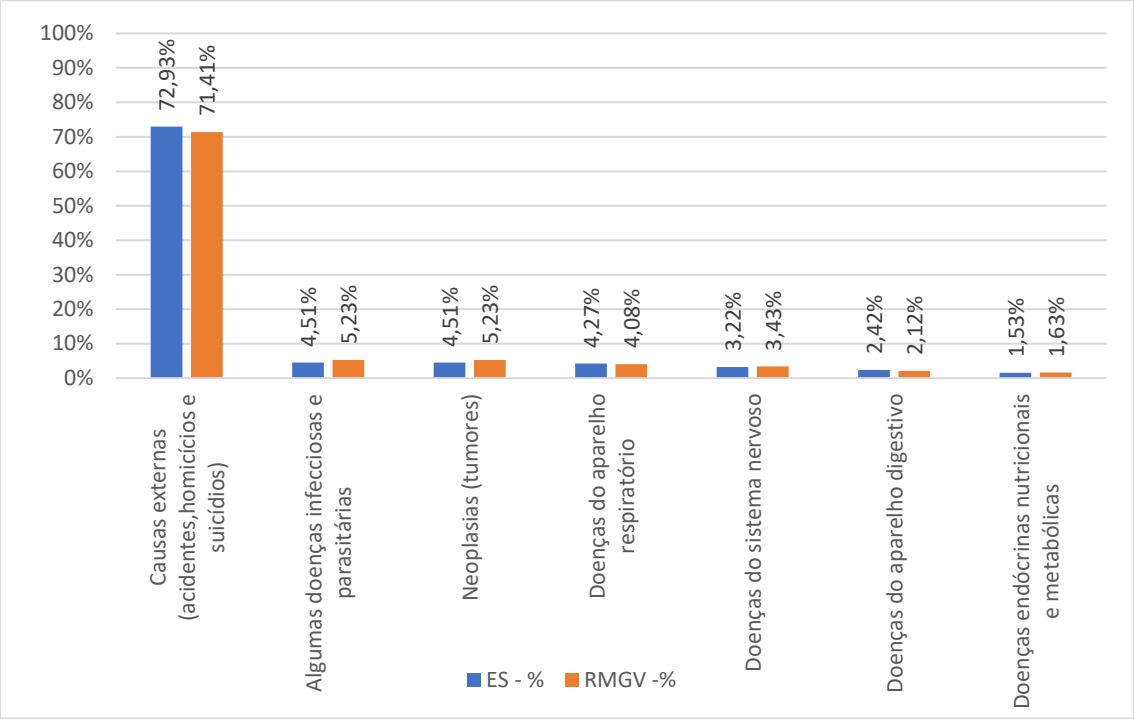
Fonte: DATASUS, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2015).

Gráfico 15 - Linha do Tempo - Mortalidade Geral de Jovens (15 a 29 anos), RMGV, 2006-2024



Fonte: DATASUS, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Gráfico 16 - Mortalidade de Jovens (15 a 29 anos), ES e RMGV, 2024



Fonte: DATASUS, 2024.
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

6. JOVEM, ESPAÇO PÚBLICO E CULTURA

Neste capítulo, a questão é estabelecer uma verificação das possibilidades de interação no espaço público no território metropolitano, ou seja, a forma como o jovem se apropria e se reconhece com seu grupo em espaços diversificados, a partir de experiências na metrópole, incorporando valores e significados. O ato de circular pela cidade, conhecê-la e se apropriar dos espaços que ela oferece, amplia o repertório cultural e o olhar crítico do jovem sobre seu território. Além disso, entrar em contato com uma gama diversa de elementos culturais também favorece a expressão de pensamentos e sentimentos, muitas vezes conflitantes e difíceis de serem expressos pelo jovem através da fala. Pertencer à cidade exige estabelecer laços com ela, e o jovem vai aprender a se comunicar por meio de suas expressões cotidianas. O Estatuto da Juventude garante o direito do jovem nos espaços públicos, conforme estabelece o Art.4º do Estatuto da Juventude (Lei n° 12.852 /2013):

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil:

> I - a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;
> II - o envolvimento ativo dos jovens em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País; III - a participação individual e coletiva do jovem em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas afetos aos jovens;
> IV - a efetiva inclusão dos jovens nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Entretanto, as metrópoles, em geral, expõem uma preocupação contemporânea de um problema cada vez maior: a perda gradativa dos espaços livres públicos de lazer, cultura e de circulação. Diante dessa realidade, o espaço público e respectivas formas de apropriação devem ser rediscutidos de maneira a abarcar a realidade histórico-social e cultural, a sua construção socioespacial subjetiva, onde os jovens se identifiquem por símbolos comuns, representações e mediações, para que se possa efetivamente torná-lo um espaço de sociabilidade, e um espaço humanizado.

Nessa perspectiva, o espaço público em suas diversas categorias assume uma função social e cultural por excelência, e uma forte representação simbólica, política e territorial associada à vida urbana. E não envolve somente as formas, mas conjuga-se às práticas e às dinâmicas sociais, bem como à memória afetiva.

> A qualidade da cidade não se mede por sua riqueza, pelo seu tamanho e pela ostentação de suas lojas, hotéis e edifícios, mas por sua capacidade de apurar o humano dos homens, como cidadãos e como *pólis,* de distinguir o ato de eles se reunirem, de se encontrarem e de permanecerem juntos para decidirem seu destino comum. (BRANDÃO, 2023, p.53).

A juventude mais irreverente gosta de criar um ambiente próprio que diverge do *establishment,* adotando determinados comportamentos próprios em cada contexto social. Vale destacar as diversas formas emblemáticas de manifestações do jovem na metrópole, sejam culturais, ou mesmo àquelas que se caracterizam como ativismo de protesto. Nas ruas, a juventude age movida pelos sentidos e se expõe mais aos riscos: o Hip hop, skatistas, ciclistas, grafiteiros, pichadores. Estas são algumas das manifestações e/ou atividades que representam bem a força expressiva, comunicativa e de liberdade dos jovens no espaço público. Todas essas dimensões são intrínsecas ao conceito de

espaço público e vinculam-se diretamente à sua vivência. Os movimentos culturais diversos, onde os jovens muitas vezes se fazem representar nos espaços públicos, caracterizam-se, de certa forma, como uma retomada e entendimento da importância da participação cívica pública.

> [...] Essa cidade decorosa não nos funde numa massa, não insiste em manter misturado o humano à hidra de mil cabeças que nunca se satisfaz. [...]. Ela preserva a liberdade que ganhamos ao nos desvencilharmos da exposição, do controle, e dos ordenamentos excessivos e imutáveis dos clãs, das cidades pequenas, das tribos e das cidadelas. (BRANDÃO, 2023, p.53)

Alguns autores sustentam que a experiência do espaço público prepara os cidadãos para o enfrentamento das adversidades, cria processos de resiliência e promove a construção de identidades. As diversas pesquisas acadêmicas que compuseram vários estudos sobre juventude e o urbano, muitas foram articuladas com as questões de classe social.[16] Ainda que os espaços públicos sejam abertos a todos, há restrições sociais que emergem no processo de interação e que fazem com que os diferentes grupos sociais não frequentem todo e qualquer espaço público de um mesmo modo. Portanto, há o frequente discurso dicotômico de alguns especialistas, se a rua/espaço público é bom ou ruim para os seres em desenvolvimento, em especial, para o jovem de periferia em formação.

> O argumento que recai sobre a afirmação de que o espaço público é ruim para o jovem, reporta-se à justificativa de que a violência, as drogas e os perigos iminentes tornam essa população jovem extremamente vulnerável. Por outro lado, há a riqueza da descoberta, do estabelecimento de vínculos afetivos, tanto com os espaços da cidade, como também com as pessoas que nela circulam. Entretanto, o espaço, público ou privado, precisa ser reconhecido por meio de experiências afetivas pelas quais uma pessoa constrói sua realidade, uma vez que a ele se atribuem valores e significados. (IJSN,2017, p.10).

Mas atualmente, o conceito de “esfera pública” transcende a ideia de ocorrência de vida pública apenas nos locais restritos e tradicionais, como por exemplo, praças, ruas e parques. Consideradas as possibilidades atuais de novas conexões geográficas e, consequentemente, de novas configurações territoriais, a metrópole, distinta pela sua

[16] Há muitos laboratórios na Universidade de São Paulo (USP), que estudam a juventude, como por exemplo, o Núcleo de Antropologia Urbana. https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/230674

escala, além de ser espaço estratégico do capital, está mais acessível à conectividade em rede e à prática cotidiana do cidadão. A formação de opinião e a tomada de decisão, portanto, acontecem também em uma variedade de lugares que se tornam um ambiente público, podendo estes serem lugares físicos não tradicionais (como as praças internas dos edifícios e os calçadões fechados de comércio), ou simplesmente canais de comunicação virtuais, como a Internet, os programas de entrevistas em formatos de *podcasts*; as diversas plataformas interativas de sociabilidade (Instagram, Tik tok, Linkhedin, Youtube, dentre outras); os grupos que atuam nas ruas em sinais de trânsito, em parques, ruas, feiras e eventos públicos.[17] As interações que os jovens estabelecem com as ferramentas tecnológicas geram também fortes associações tanto internamente como para além dos territórios metropolitanos, estaduais ou nacionais, marcado por diversidade de temas e debates, que podem influenciar as manifestações ideológicas e de estilos de vida dos jovens.

As novas condições da modernidade, formam portanto, o contexto material a partir do qual os jovens irão exercer sua sensibilidade na apreensão da realidade, princípios e práticas estéticas. Por outro lado, é a metrópole também que possibilita um certo anonimato e liberdade, ao que o jovem, muitas vezes, busca em diversas expressões nos espaços urbanos. Neste contexto, observa-se a constante dificuldade do jovem em identificar-se com elementos e estruturas padronizadas e homogêneas, que não respondem imediatamente às suas percepções, e necessidades do cotidiano, faz com que o jovem acabe por criar comportamentos e atitudes de rejeição aos modelos impostos pela sociedade e pela metrópole. Nesse contexto, podemos nos reportar ao movimento "desconstrucionista"18 que surgiu como um poderoso estímulo para o pensamento pós-moderno, especialmente quanto à natureza da linguagem e da comunicação e apropriado pelo jovem em suas diversas expressões. Conforme argumenta Harvey (2000, p.55), a "heterogeneidade inerente a este movimento estimula o sujeito como receptor do texto ou imagem, a produzir uma significação que

[17] http://thecityfixbrasil.com/2017/07/05/espacos-publicos-o-que-o-planejamento-urbano-pode-ganhar-com-a-tecnologia/.

[18] Movimento iniciado nos anos 60 por Derrida. Derrida considera a colagem /montagem, a modalidade primária do discurso pós-moderno. Segundo ele, o propósito é quebrar (desconstruir) o poder do autor de impor significados ou de oferecer uma narrativa contínua. Cito In: Harvey, 2000. p.55

não poderia ser unívoca, nem estável". Portanto, neste contexto, a destruição criativa converge e complementa o conceito de espetáculo na modernidade[19].

Nessa perspectiva, vem somar o ensaio "a metrópole e a vida mental" do filósofo alemão Georg Simmel (1971), onde argumenta que a cidade, símbolo da mais alta divisão econômica do trabalho, tende a estabelecer um predomínio calculista do tempo na organização da rotina diária. Este ciclo de reprodução capitalista estimula o indivíduo para o extremo no que se refere à particularização e à exclusividade, no sentido de preservar sua essência pessoal. Assim ele tem de exagerar esse elemento pessoal para permanecer perceptível até para si próprio (SIMMEL, Georg.1971, p.25). Esta necessidade de diferenciação contra os mecanismos de submissão às lógicas sociais e aos poderes soberanos, segundo o autor, cria uma tendência à elaboração da própria individualidade e uma variedade de estilos de vida. Esta condição, explica de certa forma, o fenômeno da moda e sua diversidade de estilos nas metrópoles, entendido como um grande esforço de aceitação individual, identificando uma classe ou grupo e excluindo os demais. Já o filósofo e sociólogo Bruno Latour (2000) argumenta que, "*a crítica tornou-se para os modernos o grande aliado para sustentar a capacidade e a eficácia dos tempos modernos, tornou-se, portanto, o último recurso às nossas indignações e indagações*." E dessa forma, prossegue em sua reflexão: "*Quem nunca sentiu uma certa obstinação e inquietação perante a distinção entre racional / irracional, falsos saberes / verdadeiras ciências, segundo ele, jamais foi moderno*." (LATOUR, 2000 p.41).

Com base nas diversas abordagens acadêmicas sobre a juventude, podemos dizer que, majoritariamente, a maioria dos ensaios e pesquisas referem-se ao jovem da periferia urbana.[20] Nessa perspectiva, uma forma bem frequente dos jovens se manifestarem nas cidades, especialmente os jovens mais pobres, é através da arte e movimentos na rua,

[19] HARVEY, David. Condição Pós-moderna. Ed. Loyola. São Paulo. 2000.p.55

[20] Alguns dos temas: pixação (PEREIRA, 2007); da moda, na Galeria Ouro Fino (ABREU, 2007); música, no caso dos jovens instrumentistas (IWASAKI, 2007), dos *straight edges* (SOUZA, 2007), do forró universitário (ALFONSI, 2007) e das baladas *blacks* (MACEDO, 2007); funk nas quebradas; ou da música em intersecção com a religião no caso da pesquisa sobre as "baladas do senhor", que trata das práticas de lazer de jovens evangélicos e carismáticos (RUMSTAIN, 2007).

que converge para ideia de identidade e legitimação da diversidade. Os jovens urbanos também se apropriam do mobiliário da cidade e até mesmo dos edifícios, com bancos, escadas, guarda-corpo, por exemplo, para transformá-los em instrumentos de expressão dos skatistas. O funk, por sua vez, é outra expressão significativa da juventude contemporânea, e em especial dos jovens mais pobres, posto que é um fenômeno musical criado nas favelas cariocas e que chegou com força nas demais cidades brasileiras, no início dos anos 2000. Estas manifestações nos espaços públicos comumente geram conflitos, mas por outro lado, expõem a necessidade de novos formatos de expressão e conectividade com as cidades.

> Nas relações entre os diversos indivíduos que afirmam pertencer ao que denominam como "cultura de rua" ou "cultura periférica" aparece um termo que expressa o modo como esses jovens devem comportar-se e relacionar-se entre si [...]. O *proceder* remete a dois significados: o de procedência (de origem, de proveniência) e o de procedimento de modo de portar-se, enfim, de comportamento. PEREIRA, Alexandre, 2024, p.7 e 8.

Portanto, é necessário colocar no centro do debate, reflexões sobre o estigma dessas manifestações das jovens associadas à desordem, mas que são práticas de grupos identitários para os quais possuem sentido e significado. Vale ressaltar o direito à Cultura pelo jovem, garantido pelo Estatuto da Juventude em seu Artigo 22, conforme seja:

> Art. 22. Na consecução dos direitos culturais da juventude, compete ao poder público: I - garantir ao jovem a participação no processo de produção, reelaboração e fruição dos bens culturais; II - propiciar ao jovem o acesso aos locais e eventos culturais, mediante preços reduzidos, em âmbito nacional; III - incentivar os movimentos de jovens a desenvolver atividades artístico-culturais e ações voltadas à preservação do patrimônio histórico; IV - valorizar a capacidade criativa do jovem, mediante o desenvolvimento de programas e projetos culturais; V - propiciar ao jovem o conhecimento da diversidade cultural, regional e étnica do País;

No contexto metropolitano, vale ressaltar também, a importância dos valores patrimoniais e paisagísticos formalmente constituídos por inúmeras variáveis culturais, históricas e da tradição. É notável a preocupação assumida por determinadas comunidades locais e de bairros composto por pessoas jovens, e que inseridas no ambiente urbano lutam contra a tendência da modernidade, que as privaria de seus

valores identitários e particularidades que lhes conferem caráter único e especial. Neste sentido, há que se destacar a importância da permanência das tradições culturais em algumas comunidades da RMGV, como por exemplo, o Congo e a Capoeira, festas religiosas, tradições, que envolvem grupos de jovens em vários municípios da RMGV. Estes movimentos culturais e da tradição, de certa forma, colaboram para autoestima e valoração do indivíduo, maiores oportunidades de ampliar o engajamento e as relações sociais, e por conseguinte, maiores oportunidades no mercado de trabalho.

Dentre estes grupos e comunidades tradicionais existentes no Espírito Santo e na RMGV, podemos mencionar os quilombolas, pescadores, indígenas, e também a comunidade tradicional dos imigrantes não lusos (italianos, pomeranos, tiroleses, dentre outros), que manifestam a necessidade de políticas públicas específicas para estes grupos de jovens, e demandam que sejam realizados levantamentos e ações, com fins à permanência das comunidades e difusão de suas respectivas culturas. Outra questão é que os jovens das comunidades tradicionais, sofrem muito os efeitos da aculturação nas escolas urbanas. Nessa perspectiva, a 4º Conferência Nacional da Juventude definiu algumas resoluções no âmbito da Cultura, dentre elas, aquelas destinadas ao fortalecimento das comunidades e povos tradicionais, especialmente no contexto da Educação, conforme seja:

> Fortalecer as políticas de educação escolar indígenas e quilombolas, com produção de materiais didáticos específicos e bilíngues) e a educação no e do campo e nos territórios de povos originários, povos e comunidades tradicionais, por meio de ampliação das escolas e de campi universitários (BRASIL, 4º CNJ, p.43).

Outras diretivas e propostas resultantes da 4 º CNJ, relativas ao acesso e ampliação da Cultura no contexto da juventude, seria a garantia por meio de editais, capacitações, bolsas, apoio a festivais e circuitos culturais – o financiamento para que os jovens sejam protagonistas, gestores/as e produtores/as de arte e cultura. Assim como também garantir a construção de Centros Culturais de Juventude como política de Estado – utilizando, onde existirem, os recursos dos fundos estaduais e municipais de juventude, de maneira a oferecer espaços, em todo o território nacional, lúdicos, acolhedores e inclusivos, sobretudos nas periferias e em outros territórios tradicionais e populares. Portanto, é urgente pensar num futuro mais inclusivo para os jovens mais pobres e

aqueles estigmatizados por raça, deficiência, gênero, povos originários e da tradição, e nessa perspectiva, pensar a Educação e a Cultura de forma ampla, como instrumentos que façam parte de seus cotidianos, e que possibilitem uma inserção social mais proeminente, em todas as dimensões da esfera pública e privada.

7. JUVENTUDE DEMANDA MOBILIDADE CÉLERE E DE QUALIDADE.

A mobilidade urbana é fundamental para desempenho das atividades, cuja dimensão se amplia na medida em que as funções urbanas se tornam mais complexas, e considerada como um processo inerente ao desenvolvimento urbano metropolitano, e dimensão fundamental no exercício do direito à cidade. Para este tema, havemos de considerar a limitação de banco de dados e de indicadores mais recentes, assim como a falta de atualização de pesquisas, como por exemplo, origem e destino nos deslocamentos diários. Ainda assim, mesmo com estas restrições, a abordagem do tema justifica-se posto que, os jovens necessitam de constantes deslocamentos, e são demandantes de maior acesso aos serviços urbanos. O jovem metropolitano, também incorpora o tema da mobilidade como símbolo de luta e atuação sobre complexas outras questões urbanas, de forma mais democrática e fluida, por meio da reivindicação de participação na gestão urbana, e por melhorias na qualidade de vida. A mobilidade para os jovens moradores de periferias da RMGV é ainda mais desgastante, posto que, muitas vezes, o aumento dos tempos de deslocamentos para atividades afeta diretamente seu cotidiano. Nessa perspectiva, os jovens vêm exercendo importante protagonismo nas metrópoles. Vale destacar que é garantido ao jovem, o direito ao território e à mobilidade, conforme previsto no Estatuto da Juventude (Seção IX, Art.31):

> Art. 31. O jovem tem direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade. Parágrafo único. Ao jovem com deficiência devem ser garantidas a acessibilidade e as adaptações necessárias.

Em geral, observa-se nas metrópoles, e também na RMGV, o aumento do número de adeptos da mobilidade ativa e do cicloativismo, assim como também o uso das bicicletas e das motocicletas, que são modais não somente restritos à faixa etária de 15 a 29 anos, mas que se amplia o uso, especialmente pelos jovens, seja pela própria vitalidade

inerente aos corpos, como também por ser uma prática saudável. Recentemente, o fenômeno das **bicicletas elétricas nos centros urbanos**, vêm ocupando um lugar de destaque na construção desse novo padrão urbanístico.

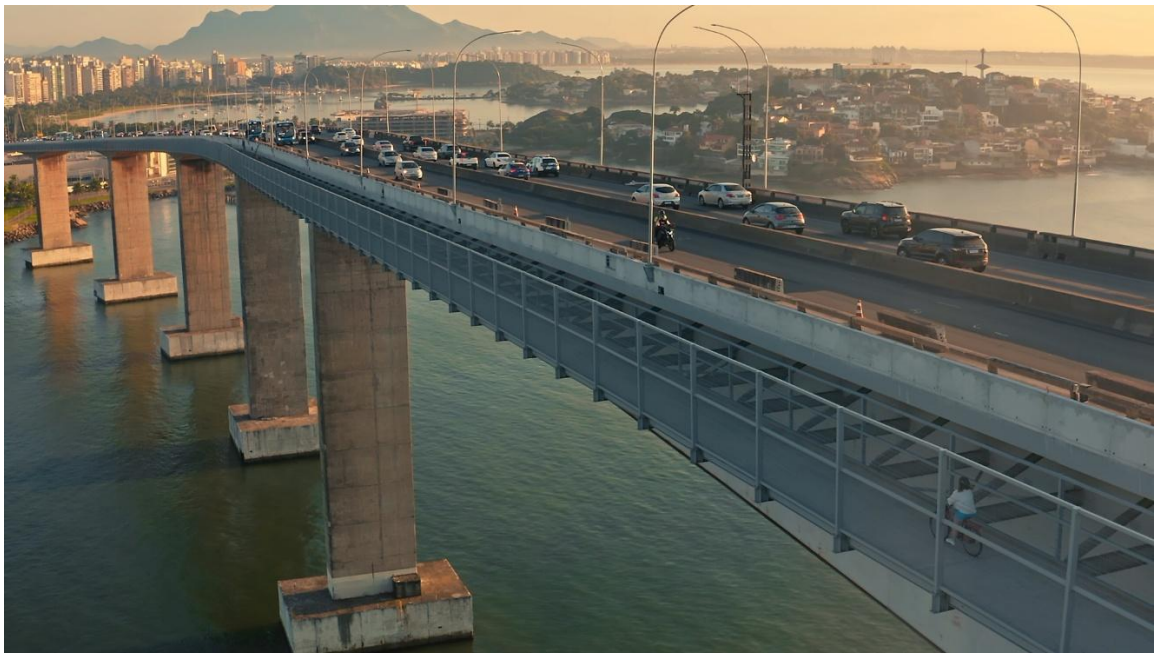
Vale lembrar que, muitos jovens fazem uso da motocicleta e da bicicleta para fins de trabalho e fonte de renda, por demandas em aplicativos. A consolidação da internet e sua crescente aplicação para inúmeros modelos de negócios, sejam comerciais ou de serviços, levou ao surgimento da economia digital, a dita "uberização" que se insere nesse contexto através da popularização de aplicativos como Uber, e outros aplicativos de delivery (IFood, Loggi, Rappi etc.), transformando não apenas o consumo, mas principalmente o formato do trabalho. Essas empresas dispõem de plataformas de agenciamento de "parceiros ou colaboradores" que prestam serviços com entregas de pedidos para seus usuários. Em geral, estes trabalhadores não tem vínculo empregatício, e caracterizam-se, em grande parte, pelo grupo etário de jovens.

> A escolha por parte dessas empresas do termo "parceiro" ou "colaboradores", ao invés de empregado/trabalhador, simboliza a tentativa de dissolução do vínculo empregatício e transferência dos riscos para o trabalhador, característica da plataformização do trabalho (ABILIO, 2017, apud DESGRANGES, 2020, p.3)

Vale o alerta para uma outra questão importante: os inúmeros riscos aos quais estes jovens parceiros se submetem diariamente, posto que, O parceiro /trabalhador das plataformas digitais se responsabilizam completamente por qualquer tipo de risco que o serviço possa oferecer, visto que essas empresas se colocam apenas como mediadoras tecnológicas entre o consumidor e o "parceiro" disponível para realizar o trabalho. Ou seja, caracteriza-se por um autoagenciamento do trabalho (Abilio,2020; Guerra; Duarte,2020). Como este tipo de trabalho demanda muita celeridade na entrega para os consumidores, os trabalhadores de aplicativos, em geral, utilizam com frequência as motocicletas, em alta velocidade, e também bicicletas, que exigem maior esforço físico. Ambos meios de transporte utilizados para esta finalidade tem sido responsável por muitos acidentes e mortes no trânsito.

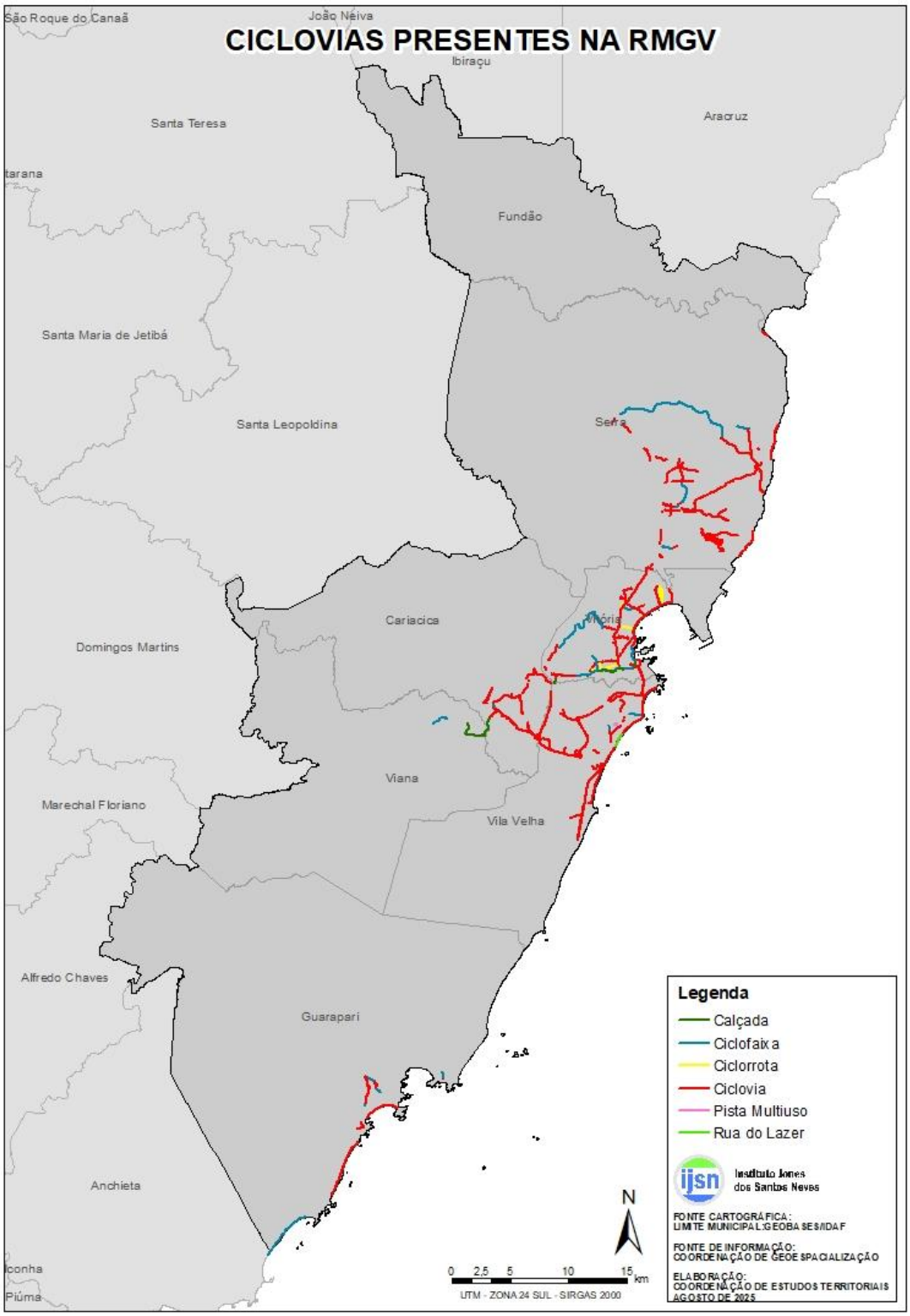
Estes modais muito utilizados pela juventude, não só potencializam a transformação do modelo viário, como também deve incentivar um novo desenho para as cidades, e até mesmo alterar o tipo de relação social que se estabelece no espaço público. Vale dizer

que há uma progressão gradativa de ampliação da malha cicloviária da RMGV, atualmente contemplando 262,05km inclusa a Ciclovia da Vida, denominada Detinha Son, que liga os municípios de Vitória a Vila Velha



Fotografia: Semobi

Mapa 1 - Ciclovias presentes na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV)



Fonte: Coordenação de Geoespacialização (CGEO).
Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Entretanto, apesar desta demanda crescente por uma maior inserção da mobilidade ativa nas metrópoles, até mesmo para fins de obtenção de renda, observa-se que ocorre justamente uma condição ambivalente, posto que, os jovens estão cada vez mais expostos e vulneráveis aos acidentes e mortes pela necessidade de celeridade nos deslocamentos. Na última pesquisa origem/destino (2007), apenas no modo automóvel a juventude não se destacava, que talvez se justifique pelo fato dessa faixa etária ainda não ter independência financeira que permita essa aquisição. Portanto, há necessidade de inovar com pesquisas de modo a compreender como a juventude se reorganiza frente aos novos modos de vida urbana, quais estratégias se inserem no espaço metropolitano, e como o uso das novas tecnologias de informação e comunicação impactam seu cotidiano.

Portanto, inserir o debate da mobilidade no contexto das juventudes é fundamental, pois em geral, nas metrópoles contemporâneas o problema é conjuntural, e afeta em demasia o cotidiano da população, e não é diferente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Diariamente, em horários de pico, quatro dos sete municípios da RMGV-Vitória, Serra, Vila Velha e Cariacica, apresentam diversos pontos de congestionamentos, especialmente nos acessos aos municípios vizinhos, nas imediações da Terceira Ponte e nas saídas norte e sul da capital. A implantação do Sistema de Transporte Coletivo da Grande Vitória (TRANSCOL) no final dos anos de 1980, programa baseado na integração e implantação de linhas intrarregionais, promoveu tanto a expansão quanto a consolidação de diversos subcentros regionais, mas ainda assim, o transporte público exige maiores investimentos no atendimento aos cidadãos. Recentemente, em 2023, o Estado voltou a implantar o sistema aquaviário. O novo modal conecta Vitória, Vila Velha e Cariacica, foi reativado após mais de 20 anos desativado, com duas embarcações modernas e integradas ao Sistema Transcol.

Entretanto, observa-se que cada vez mais a legislação evolui no sentido de dar suporte aos desafios da mobilidade urbana. Entre as inovações, o Estatuto da Cidade (Lei federal nº 10.257/2001) estabelece uma agenda de participação social, e passa a exigir que cidades com mais de 500 mil habitantes, elaborem seus planos de transporte - incorporando a política de mobilidade urbana como um dos instrumentos de

desenvolvimento urbano. A Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei 12.587 /2012, reforça a correta priorização dos modos ativos e coletivos de transporte e ainda estabelece prazos para que os municípios a partir de 20 mil habitantes, integrantes de Regiões Metropolitanas, Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico e Aglomerações Urbanas com população total superior a um milhão de habitantes, e os integrantes de áreas interesse turístico, elaborem seus planos de mobilidade. Vale destacar também o **Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado** (PDUI - Lei nº 33/2017), que trata a mobilidade em um dos seus eixos temáticos, e sugere como proposta, a criação de um Plano de Mobilidade Metropolitana. Entretanto, há descompasso na aplicabilidade das legislações, e notadamente, a prevalência da cultura de priorização do automóvel, que se iniciou com a política desenvolvimentista e industrial nos anos 1970, resultou no estímulo e na expansão da infraestrutura rodoviarista e da malha viária, e predomina até os dias de hoje. Nessa perspectiva, temos que, atualmente, a indústria automotiva participa com 20% do PIB industrial brasileiro, e que somada à política federal de redução do IPI na aquisição de veículos, faz com que a frota de automotivos aumente de forma aceleradas a cada novo ano. Estes são alguns dos fatores impactantes que convergem para a complexidade da mobilidade nas metrópoles.

Estes circuitos inerentes à logística capitalista de produção da metrópole irão produzir a configuração socioespacial no território, e conforme sejam as acomodações dessas variáveis, teremos as espacialidades positivas e/ou negativas. Além da questão da densidade demográfica e da concentração de atividades e serviços, a mobilidade metropolitana se agrava com a constante expansão urbana das periferias. Nesse contexto, vale destacar que os jovens pobres, moradores de territórios periféricos sofrem ainda mais com os problemas da mobilidade, pois influem em seu direito básico de poder circular e mover-se pela cidade, assim como dificultam acesso aos serviços de forma mais ampla, o acesso à cultura, espaços livres públicos, e ao lazer nas regiões mais centrais. A questão da valorização da terra infraestruturada nas áreas mais centrais da metrópole, associada a um processo simultâneo de fragmentação em manchas de expansão urbana descontínuas, demandam do poder público um alto custo para reconexão dessas áreas, com investimentos em infraestruturas de suporte para fins de

mobilidade. Portanto, a segregação socioespacial e a dificuldade com transporte público mais célere, faz com que os jovens de baixa renda percorram longas jornadas de transporte até o trabalho ou acesso aos serviços urbanos mais centrais, o que alguns estudiosos denominam de “exílio na periferia”, ou seja, o bairro periférico de baixa renda oferece poucas condições de inclusão social para o jovem, com dificuldade de acesso ao lazer, esportes ou cultura, de forma mais proeminente e qualitativa. Para Maricato (2008), “*não é pouco frequente que urbanistas e empreendedores se detenham nas regras de uso e ocupação do solo e ignorem que o grande promotor que orienta a ocupação do solo é a estrutura viária e mobilidade*”.

A identificação e a solução de problemas de mobilidade se desdobram em diferentes planos setoriais com repercussão no território e nos espaços de vida cotidiana, o que denota uma urgência da abordagem do tema, de modo a fomentar cada vez mais interesse da sociedade e do Governo em prol de uma Mobilidade equitativa e eficiente. A falta de convergência de pesquisas e indicadores, e mesmo disputas de poder entre municípios para o “pensar metropolitano”, de forma a integrar as políticas públicas setoriais, são fatores que atravancam soluções conjunturais relativos à mobilidade. A luta por mais infraestrutura cicloviária precisa estar associada à constituição de uma rede de transporte público de qualidade, confortável, eficiente e acessível para todos, em que nem a oferta, e nem a tarifa, possam impedir possibilidades amplas para circulação na metrópole. Nessa perspectiva, torna-se necessário mais investimentos públicos e ações integradas entre os diversos setores da governança estadual e municipal que integram a RMGV, de modo a alcançar uma mobilidade mais eficiente. Uma outra diretriz importante reside em ampliar, divulgar e focar em campanhas educativas e de trânsito, nas escolas e na sociedade, que visem desestimular o uso do automóvel. Estas diretrizes e campanhas conjugadas, num futuro de médio e longo prazo, deverão refletir em uma mobilidade de qualidade mais exitosa, e uma mudança comportamental e de fácil assimilação entre os mais jovens, além de contribuírem no maior uso de modais ativos, e na redução de acidentes e a valorização da vida nas metrópoles.

8. A JUVENTUDE DIGITAL: NOVOS COMPORTAMENTOS E PARADIGMAS

Para uma melhor compreensão deste tema foi necessário recorrer a alguns estudos da literatura, de modo a fazer uma correlação transdisciplinar com o estilo de vida do jovem metropolitano, e assim contribuir com o objetivo deste trabalho, a partir de algumas observações sobre processos de mudança de comportamentos em função do fenômeno da Internet e da globalização, e da própria dinâmica do tempo e da metrópole contemporânea.

A economia do compartilhamento é um tema recente na sociedade contemporânea, onde modos alternativos de aquisição e consumo têm ganhado espaço devido ao movimento de startups e avanços da tecnologia. Antunes (2018) afirma que a sociedade está presenciando um fenômeno que chama de "uberização" do trabalho, um termo já conceituado e aceito pelos estudiosos do assunto, isto é, "há uma precarização estrutural do trabalho, marcada pela informalidade ampliada, em que o trabalho digital e online faz desmoronar a separação entre o tempo de vida no trabalho e fora dele" (Antunes, 2018, apud Vera, L e Gosling, M, 2020, p.6)

Para Tussyadiah (2016 apud VERA, 2020, p.8), a utilização de plataformas de economia compartilhada satisfaz necessidades sociais dos consumidores e permitem acesso a produtos e serviços de menor custo. Ele argumenta que este fluxo de informações digitais inclui também desejo por socialização, construir relacionamentos e senso de pertencimento, como por exemplo, fazer parte de uma comunidade. Nessa perspectiva há pesquisas que apontam uma frequência maior de usuários jovens nas plataformas digitais:

> A escolha pelo público jovem foi feita por ele ser considerado um grande usuário das novas tecnologias digitais. Oliveira e Almeida (2014) afirmam que as novas tecnologias digitais ocupam um espaço privilegiado na vida dos jovens, atingindo a dimensão do lazer, relacionamento, sociabilidade e do modo de apreensão da informação e do saber. [...] os jovens universitários expuseram que a influência social e a confiança correspondem a fatores que contribuem para a motivação em utilizar alguma plataforma de economia compartilhada Vera, L e Gosling, M (2020, p.70 e 73).

Vale ressaltar que, os jovens participantes da pesquisa também chamaram a atenção para o fato de que, em geral, apenas quem tem cartão de crédito e acesso à internet tem facilidade no acesso a serviços das plataformas de economia compartilhada. Este, seria um exemplo de como a renda influencia diretamente no uso e na intenção de usar estas plataformas. Por outro lado, as plataformas digitais oferecem ferramentas analíticas que permitem direcionar campanhas a grupos específicos, como adolescentes e jovens, ou pessoas com condições de saúde pré-existentes, ajustando a mensagem de acordo com as necessidades e comportamentos de cada grupo. Os influenciadores digitais têm um impacto significativo na formação de opiniões e comportamentos, especialmente entre os jovens. Neste contexto, estudos recentes destacam que as redes sociais são ferramentas eficazes que podem ou não contribuir na promoção da saúde mental dos jovens, conforme sejam o teor das informações, o período e o alcance em determinados grupos.

Há vários autores que defendem a tese de quando há um desenvolvimento satisfatório na adolescência e na juventude, há uma maior probabilidade da construção de uma personalidade que interaja de forma mais positiva e saudável nos ambientes que convive. Entretanto, no contexto do Brasil, dentre as propostas encaminhadas na última 4º Conferência da Juventude (2023), foi a de prover atendimento e acompanhamento psicológico nas escolas e/ou nos equipamentos de saúde pública aos jovens. Fato é que existem múltiplas demandas em torno da saúde mental dos jovens, especialmente os mais pobres, afetada pelas dificuldades impostas por questões sociais, familiares, desigualdades estruturais, dificuldades nos percursos educacionais das escolas, tais como, *bullying* e crescimento das diversas formas de violência, gravidez precoce, uso de drogas, dentre outros fatores, que podem ser agravados pela influência das redes e plataformas digitais. Associado a estes fatores, o jovem metropolitano está inserido em diversos outros contextos que constantemente ativam mudanças de comportamentos e pensamentos, sujeito à própria dinâmica urbana e influências externas, como por exemplo, as mudanças tecnológicas, demográficas, econômicas, climáticas, e mesmo mudanças pedagógicas, dentre outras. Efetivamente tais condições podem gerar transtornos mentais, ansiedades e distintos níveis de depressão com consequências no corpo, no cotidiano, nas relações interpessoais e sociais.

Na perspectiva de melhor compreender a condição ao qual o jovem está submetido no ambiente metropolitano, e adentrar um pouco na complexidade do tema, busca-se referência no filósofo Georg Simmel (1971)[21], cujo ensaio sobre a vida mental nas metrópoles foi elaborado nas primeiras décadas do século XX, mas ainda é bastante atual pela argumentação sobre comportamentos nas grandes cidades. Segundo o autor, o cotidiano com base no sistema capitalista cria uma experiência específica que formula a experiência urbana e o significado da modernidade. Ele define o homem urbano pelas impressões e a intensificação de estímulos exteriores e interiores, e argumenta que a percepção da cidade não é abrangente, mas antes parcial e fragmentária, misturada com considerações de outra natureza. As imagens que se destacam de cada aspecto da vida urbana fundem-se num fluxo comum. Segundo Simmel, neste contexto, a mente do homem metropolitano é constantemente estimulada, portanto, adquire uma "*individualidade e uma intelectualidade específica através das relações e conexões mútuas*". Desse mofo, conforme argumenta o referido autor:

> O homem metropolitano desenvolve uma intelectualidade que se destina a preservar a vida subjetiva contra o poder avassalador e inesperado da metrópole. Esta pessoa intelectualmente sofisticada é indiferente a toda individualidade genuína, porque dela resultam relacionamentos e reações que não podem ser exauridos com operações lógicas. (SIMMEL, 1971, p.13)

Nessa perspectiva, Simmel defende a tese que esta diferenciação do sujeito metropolitano, confere-lhe uma certa atitude "*blasé*", ou seja, o resultado do excesso de estímulos contrastantes e rápidos, que embota a capacidade da pessoa de reagir a determinadas situações frequentes nas metrópoles, como por exemplo, ao presenciar cenas de violência e/ou pessoas em situação de rua.

> Somente afastando os complexos estímulos advindos da velocidade da vida moderna poderíamos tolerar seus extremos. Este estado de ânimo está associado também à economia do dinheiro completamente interiorizada, o denominador comum de todos os valores que arranca irreparavelmente a essência das coisas e sua individualidade. (SIMMEL, 1971, p.25).

[21] SIMMEL, Georg. The metropolis and mental Life In: *On Individuality and Social Forms*. Chicago. University Press. 1971.

Todo este processo de imersão no ambiente metropolitano, acaba por criar uma reserva individual que não é apenas uma certa indiferença e certo estranhamento, mas confere ao indivíduo uma qualidade e quantidade de liberdade. Em sua interpretação sobre a obra de Simmel, Harvey (2000) avalia que para o referido autor, a única saída seria cultivar um falso individualismo através da busca de sinais de posição, ou formas de expressão de excentricidade individual, tal como a moda, ou outras formas de manifestação que são incorporadas no estilo de vida e às diversas formas dos jovens se expressarem nas metrópoles, e assim, buscarem uma certa liberdade e reconhecimento no anonimato das metrópoles.

Considerando a base ideológica e conceitual acima referenciados sobre ensaio da vida mental e experimentação do indivíduo na metrópole, pode-se dizer que há convergência com os comportamentos do jovem metropolitano, que respaldam o pensamento tanto de Simmel, como de Harvey. Neste contexto, vale retomar um fator preponderante no desenvolvimento da metrópole contemporânea, que vem mudando drasticamente os comportamentos, como o acesso frequente à internet e às redes sociais, que possibilitam ampla comunicação e interatividade, mas que exige cautela quanto à infinidade de informações disponíveis e as maneiras quanto ao seu uso. Esta condição contemporânea do avanço tecnológico que incide diretamente sobre os jovens, pode proporcionar experiências positivas e negativas, e há possibilidade de desenvolver uma perturbação patológica que pode levar danos à saúde mental (Erikson, 1998), e interferir diretamente no processo de construção da identidade e no desenvolvimento da personalidade do jovem como um todo. Esta hipótese é real, e vem sendo discutida entre diversos profissionais, em especial, os da saúde e da educação. Observa-se que, a influência e os impactos das redes sociais e a mídia sobre os jovens, muitas vezes, explicitam uma ambivalência entre a realidade vivida e a projetada por imagens. Associado a estas motivações, outros fatores sociais e ambientais fazem com que os jovens fiquem mais vulneráveis aos problemas de saúde mental.

> Ademais, os adolescentes e jovens são identificados como um grupo etário vulnerável e de risco para diversos transtornos mentais, como: depressão, transtornos de conduta, transtornos alimentares, além de ser suscetível a situações de risco como uso de drogas e violência

(Benetti, Ramires, Schneider, Rodrigues, & Tremarin, 2007 apud MORAIS, C et ali 2012).

As redes sociais e plataformas digitais têm se mostrado uma ferramenta poderosa e um alcance global em oportunidades de interação direta com o público. Porém, a disseminação de jogos (bets), notícias falsas ou *fake news*, principalmente em tópicos sensíveis, tem se mostrado um obstáculo significativo para a saúde mental dos jovens (Ver Figura 2). É fundamental que pais, educadores e os próprios jovens busquem um equilíbrio no uso das redes sociais, incentivando atividades *offline*, estabelecendo limites de tempo de tela e promovendo uma autoimagem positiva. Nessa perspectiva, é importante que os profissionais de saúde se tornem influenciadores ativos, usando suas plataformas para combater a desinformação e promover mensagens de saúde e estilo de vida adequados. A transparência, a privacidade dos dados e dos usuários, e a garantia que as informações sejam usadas de forma responsável e ética são aspectos cruciais que devem ser considerados no desenvolvimento de estratégias de comunicação e políticas públicas, ressalta a importância de respeitar a privacidade dos usuários.

Vale ressaltar a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), que mostrou também que o número de pessoas com problemas de saúde é inversamente proporcional à renda familiar (IBGE, 2000, 2005, 2010). Esta condição dos jovens pobres nas cidades vem propiciando um aumento de problemas como estresse, ansiedade e depressão, que podem derivar para outras perturbações e doenças graves, e até mesmo suicídio entre os jovens. Apesar dos problemas que afetam a saúde mental dos jovens serem preocupantes, observa-se que essa população ainda não desfruta de uma atenção adequada para atender suas dificuldades e sofrimentos psíquicos. Portanto, promover o bem-estar psicológico e protegê-los de experiências adversas e fatores de risco é fundamental.

Figura 2 - Impactos positivos e negativos das plataformas digitais na Juventude.



Elaboração: Coordenação de Estudos Territoriais – CET (IJSN, 2025).

Considerando este contexto de dificuldades que afetam a saúde do jovem, especialmente a saúde mental, a 4º Conferência Nacional da Juventude (2023) encaminhou as seguintes propostas e diretivas relacionadas à saúde:

> Ampliar as políticas públicas de assistência psicossocial, de forma a garantir: a) maior acesso da juventude a atendimentos com equipe

> multidisciplinar; b) efetiva implementação da Lei nº 14.615/23, que institui psicólogos e assistentes sociais nas escolas, com a fiscalização de órgãos de controle social; c) maior número de centros de referência psicossocial com foco na juventude d) grupos com dificuldades de acesso à saúde: população negra e LGBTQIAPN+, povos originários , população migrante, refugiados (BRASIL, Caderno de propostas 4º Conferência Nacional da Juventude, 2023, pg.48)

A ação pública e as políticas estruturantes direcionadas aos jovens ainda não são suficientes para lhes garantir todos os direitos. Sendo a saúde mental a base para o bem estar e o funcionamento eficaz do indivíduo e da comunidade, sugere-se a criação de políticas de saúde que a priorizem, e reforcem benefícios sociais, comunitários e econômicos aos jovens em formação. Portanto, reforça-se a necessidade de políticas públicas, instituições de fomento e de mecanismos regulatórios de forma integrada, no estímulo à ampliação e inovação do caráter preventivo e remediativo, que assegure uma boa saúde mental aos jovens em todo o território do Espírito Santo e RMGV.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, os jovens metropolitanos têm trajetórias e condições de vida distintas, que estão diretamente relacionados ao território em que habitam, e às questões sociais, econômicas e ambientais, as quais se inserem. Estes corpos jovens, pulsantes de vida, conforme sejam as oportunidades e experiências nos percursos individuais, poderão ampliar, ou não, a visão de mundo e prospectarem um futuro de qualidade, ou mesmo ceifá-los para todo o sempre, no caso das mortes precoces. Nesse sentido, o território metropolitano e suas especificidades, apresenta-se como relevante para análise social da juventude que dele se apropria. Porém, vale lembrar também, que os jovens estabelecem interações para além dos territórios metropolitanos, sejam estaduais ou nacionais, a partir das ferramentas tecnológicas e redes disponíveis. Nessa perspectiva, o espaço público ganha nova dimensão de usos e atividades, em função da própria dinâmica urbana e tecnológica, assim como também, a juventude passa a exigir mais celeridade e novos modos de mobilidade ativa em seus deslocamentos diários.

Neste contexto, alguns temas contemporâneos e afetos à juventude foram abordados, e referenciados a partir de fontes oficiais de governo, tais como, IBGE/Censo 2022, DATASUS, dentre outros. Na avaliação das condições de vida urbana dos jovens

metropolitanos, foram contemplados dados atualizados sobre os domicílios, favelas e comunidades urbanas, saneamento, morbidade e mortalidade, dentre outros, de modo que fosse possível verificar o perfil social da juventude metropolitana, e a comparabilidade entres as diversas escalas territoriais (Brasil, ES e RMGV), e também no que se refere à categoria social de raça ou cor. Os dados resultantes do Censo 2022 mostram que a população jovem da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) contempla um percentual de 21,33% da população total do Espírito Santo, sendo que desse universo da população jovem, 49,4% está concentrada na RMGV. Quanto à cor ou raça, os jovens que se autodeclararam pardos e pretos, juntos representam 67,97% do total de jovens da RMGV. Desse modo, vale destacar que a vulnerabilidade dos jovens pretos e pardos, quanto às condições de moradia, é maior que nas demais raças. Por exemplo, constatou-se que os jovens de cor parda e preta, cuja soma corresponde aos negros, residentes em favelas e comunidades urbanas, formam a maioria representativa nestes territórios, correspondendo a 79,14%.

Nas diversas categorias de inadequação de moradia, quanto à existência ou não de banheiro, verifica-se que “banheiro de uso comum a mais de um domicílio” é de uso predominante pela raça preta no ES e na RMGV, apesar de percentuais pouco representativos. O saneamento é avaliado como uma dimensão importante que confere dignidade à moradia. Quanto à forma de uso da água na RMGV, temos bons indicadores, ou seja, 96,60% dos jovens, considerando todas as raças, possuem ligação à rede geral de distribuição de água e a utilizam como forma “principal”, portanto, quase a totalidade dos jovens são contemplados pela água da rede geral. Por outro lado, o tipo de esgotamento sanitário não apresenta um resultado tão favorável como a água. Se considerado o tipo de ligação à rede geral ou pluvial, que é o mais apropriado, a RMGV ainda tem um percentual maior, com 86,16% em todas as raças, se comparado com o Brasil e Espírito Santo, com 56,87% e 73,57%, respectivamente, mas todos percentuais ainda muito aquém dos desejados. Quanto aos resíduos sólidos, para todas as raças predomina o lixo coletado no domicílio por serviço de limpeza, com percentuais em torno de 90%.

Além das condições de vida urbana da estrutura física, tornou-se imperativo abordar a saúde dos jovens frente à complexidade de questões contemporâneas que os atingem diretamente, tais como, a saúde mental afetada pelas condições de vida e das redes informacionais. Desse modo, foram analisados os indicadores de segurança, morbidade (internação) e mortalidade. Observa-se que o grupo etário dos jovens é o de maior vitimização quanto aos homicídios dolosos, e ocorre mais frequentemente com o gênero masculino, e na classe de renda mais baixa, sendo que, 49,37% dos jovens vítimas de homicídios no Espírito Santo estão na RMGV. Considerando os jovens LGBTQIA+ vítimas de violência, registra-se um percentual ainda mais significativo de casos, com 74,03% das vítimas do estado concentrados na RMGV. Daí a importância de manter o jovem ocupado, seja na escola ou no trabalho, com aumento da escolaridade e do número de vagas de emprego e geração de renda para esta faixa etária.

No contexto da saúde, os dados do DATASUS e a linha do tempo entre os anos de 2008 e 2024, mostram que, a principal causa de internação dos jovens refere-se à "gravidez, parto e puerpério", sendo que em 2024, o percentual foi de 51,15% na RMGV, um pouco maior que no Espírito Santo (49,39%). Quanto à ocorrência de mortalidade entre os jovens na linha do tempo (2008-2024), lidera em primeiro lugar a causa *mortis* "Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas", tanto no ES, quanto na RMGV. Vale lembrar que a mortalidade por causas externas, segundo classificação do DATASUS, pode contemplar acidentes, homicídios e mesmo suicídios. Nesse contexto, analisando o resultado deste indicador como uma causa frequente de mortalidade entre os jovens, é possível fazer uma vinculação imediata a um dos temas abordados neste Caderno - o jovem digital e novos paradigmas. Ou seja, as doenças relacionadas à saúde mental, que ultimamente impactam tantos jovens, muitas das vezes estão associadas ao uso intensivo da Internet e das redes sociais. Especialmente na RMGV, o acesso à internet é maior do que em outros territórios, cujo percentual de acesso dos jovens é acima de 90%, em quase todas as raças. Se por um lado, a Internet é uma ferramenta poderosa em oportunidades, por outro lado, vem afetando o bom desempenho de atividades entre jovens, e também, causando uma série de problemas que podem desencadear estresse, ansiedade, isolamento e mesmo depressão.

As condições de vida urbana incidem diretamente na formação de subjetividades da juventude, e na maioria das vezes, irão agir na contramão da prosperidade social e de perspectivas futuras exitosas. Diante dos desafios postos a serem enfrentados, podemos dizer que, até então, a legislação e o modelo hierarquizado de gestão voltados para juventude, ainda não foram suficientes para promover a inclusão e a justiça social à diversidade dos jovens metropolitanos, de forma mais inclusiva e proeminente na sociedade. Portanto, há necessidade de novos desenhos de gestão baseados na concepção de redes participativas horizontais, onde os jovens se sintam estimulados, acolhidos e integrados a participarem com suas aspirações e demandas. Ou seja, políticas institucionais e multisetoriais ampliadas e renovadas, com novas metodologias em que os jovens se reconheçam, e que permitam práticas e ações focadas também nas peculiaridades de cada microterritório identitário das juventudes locais. Como bom exemplo de prática integrativa, podemos citar os CRJs, estruturado nos três núcleos (Socioafirmativo, de Economia, Trabalho e Renda e Parcerias), a partir da socialização, do acesso à informação, ao lazer e à novas oportunidades, da conectividade com o território, proporcionando a convivência, cursos e capacitações para estes jovens, em consonância com suas necessidades especificas e com o Estatuto da Juventude. Uma gestão que proporcione efetivamente uma aproximação entre os jovens e suas respectivas famílias, com a gestão pública e organizações civis da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), com uma abordagem participativa nas territorialidades locais, que traduza as demandas, potencialidades, a busca pela identidade e autonomia, e dos sonhos projetados para o futuro.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? Contracampo, Niterói, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: O novo proletariado de serviço na era digital. Boitempo. editorial, 2018.

BARBOSA, Isabella Muniz. Modernidade e Assimetrias na paisagem: a fragmentação de ecossistemas humanos e naturais na Baía Noroeste de Vitória. ES. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

BRANDÃO, Carlos Antônio Leite. Genealogia da Cidade. Ed. UFMG. Belo Horizonte, 2023. 397 p.

BRASIL 2013. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Estatuto da Juventude. Brasília. 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. Resoluções da 4º Conferência Nacional da Juventude. Brasília. 2023.

_____. Caderno de Propostas da 4ª Conferência Nacional da Juventude. Reconstruir no presente, construir o futuro: Desenvolvimento, Direitos, Participação e Bem Viver. Brasília. 2023. Disponível em: https://www.gov.br/secretariageral/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/cadernos-de-respostas/CadernodePropostas4aConferenciaNacionaldeJuventude.pdf

_____. Resolução CON/CONJUVE/SNJ/SGPR/PR Nº 1 de 11 de agosto de 2023. Dispõe sobre o Regimento Interno da 4ª Conferência Nacional da Juventude. Brasília. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo. Hucitec, 1996. Disponível em: https://gesp.fflch.usp.br/sites/gesp.fflch.usp.br/files/O_lugar_no_do_mundo.pdf

DATASUS. Morbidade. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/nruf.def Acesso em: 03 mar. 2021.

_____. Mortalidade. Disponível em:http://tabnet.saude.es.gov.br/cgi/deftohtm.exe?tabnet/SIM/SIM2006/sim2006.def. Acesso em: 03 mar. 2021.

DESGRANGES, Nina. Os algoritmos do empreendedorismo: A plataformização do trabalho de entregadores de Ifood. Portal de Periódicos UNIFESP.v.9 N.2 (2020). Disponível em: https://doi.org/10.34024/pensata.2020.v9.11136

ERIKSON, E.H. Identidade: Juventude e crise (2ºed., A. Cabral, Trad.) Rio de Janeiro. Zahar, 1976 (Trabalho original publicado em 1968).

FERNANDES, Maria Clara. Jovens Pobres e políticas de (i)mobilidade). Ed. Multifoco, Rio de Janeiro. 2015. 189 p.

FONTE, Carla; FERREIRA, Cristina. ALVES, Sónia. Estudo da saúde mental positiva em jovens adultos: relações entre psicopatologia e bem-estar. PSIQUE. ISSN 1647-2284. Vol XIII. P.p 57-74

HARVEY, David. Condição Pós-moderna. Ed. Loyola. São Paulo. 2000.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Relatório do 2º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2018. Brasília, DF: INEP, 2018.

_____. Censo Escolar: microdados. Disponível em: 2012-2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 06 abr. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2022. Panorama. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/index.html. Acesso em 23 de novembro de 2023.

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. Juventude, mobilidade e cicloativismo no Espírito Santo. Vitória, ES, 2015. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_da_Juventude_02_Mobilidade.pdf

_____. O jovem e o espaço público na RMGV. Vitória, ES, 2017. Disponível em: https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/IJSN_Caderno_Juventude_07_O-Jovem-e-o-Espaco-Publico-na-RMGV_ISBN.pdf

_____. Boletim Juventudes. 2º Trimestre. 2024. https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/boletins/Juventudes/IJSN_Boletim_Juventudes_2T24.pdf

_____. Monitoramento e avaliação dos Centros de Referência das Juventudes (CRJs). Sumário Executivo. Sandra Mara Pereira [et al.] –Vitória, ES, 2023. 42 p.

LATOUR, Bruno. Jamais fomos modernos. 2. Ed. São Paulo. Editora 34. 2000.

LEFEBVRE, Henri. Le Materialisme Dialetique.Quadrige. Paris.1940.

_____ . A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original*: La production de l'espace*. 4 éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

_____. O direito à cidade. Tradução Rubens Eduardo Frias. 5ª Edição Editora Centauro. São Paulo. 2001.

LIMA, Letícia; DIAS, Hericka. Saúde mental e violência na adolescência: uma revisão de literatura acerca das implicações na saúde destes jovens. Universidade Federal de Santa Maria. Santa Cruz do Sul. 2014. Disponível em: https://core.ac.uk/download/pdf/228499429.pdf

MORAIS, Camila; AMPARO, Deise; FUKUDA, Claúdia; BRASIL, Katia. Dossiê: juventudes e vulnerabilidades: dilemas e propostas. Concepções de saúde e doença mental na perspectiva de jovens brasileiros. Universidade de Brasília. Natal. 2012. Disponível em; https://doi.org/10.1590/S1413-294X2012000300004. Acesso em 29/04/2025.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. Jovens e lazer na metrópole: o Núcleo de Antropologia Urbana e os estudos de juventude. Ponto Urbe, 32 Edição Especial. 2024. Disponível em: https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/230674.

SANTOS, Milton. Prefácio. In: SANTOS, M. et al. Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1998.

SANTOS, Mílton e SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record. 2001.

_____. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASSEN, Saskia. As cidades na economia **mundial. São Paulo. Studio Nobel, 1998, p.12.**

SCHEINVAR, E. (2009). O feitiço da política pública: escola, sociedade civil e direitos da criança e do adolescente. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj.

SIMMEL, Georg. The metropolis and mental life; Fashion; e The Stranger. In: On Individuality and Social Forms. Edited and introduced by Donald Levine. Chicago: Chicago University Press. 1971.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. O NAU Jovem – entre a antropologia e os estudos da juventude. Disponível em https://revistas.usp.br/pontourbe/article/view/230674/209132.

VERA, Luciana Alves; GOSLING, Marlusa. Fatores que contribuem para o consumo de plataformas de economia do compartilhamento: um estudo com jovens universitários. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Aplicadas. Caderno de Administração; ISSN:1516-1803. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/58756/2/FATORES%20QUE%20CONTRIBUEM%20PARA%20O%20CONSUMO%20DE.pdf